



1

2

## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH

3

### 4 ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS 5 HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 13 E 14 DE ABRIL DE 2023.

6

7 Nos dias treze e quatorze de abril de dois mil e vinte e três, de forma híbrida, no Setor  
8 Comercial Sul – B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar,  
9 Sala de Reuniões Plenárias da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher,  
10 da Família e dos Direitos Humanos, em Brasília – DF, foi realizada a 68ª Reunião Ordinária do  
11 Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. **No primeiro dia de reunião estiveram**  
12 **presentes os seguintes conselheiros e conselheiras:** Admirson Medeiros Ferro Júnior (FNDC);  
13 Alberto Terena (APIB); Ana Paula Guljor (ABRASME); Ana Borges Coelho Santos  
14 (PGR/MPF); André Carneiro Leão (DPU); Arthur Custódio Moreira de Sousa (MORHAN);  
15 Camila Gomes de Lima (TD); Carlos Nicodemos Oliveira Silva (MNDH); Darcy da Silva Costa  
16 (MNPR); Edna Cristina Jatobá de Barros (Dhesca Brasil); Evangelita Cariné da Trindade  
17 Miranda (PF); Helen Cristina Buttignol Perrela (UBM); Leonardo Penafiel Pinho (MDHC);  
18 Luisa de Marillac Xavier dos Passos (CNPNG); Jonata Carvalho Galvão da Silva (MJSP); Marina  
19 Ramos Dermmam (Instituto Cultivar); Richard Pae Kim (CNJ); Romi Márcia Bencke (CONIC);  
20 Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Wenderson  
21 Gasparotto (Unisol Brasil). Convidados: Sra. Rivana Barreto Ricarte (ANADEP), Sra.  
22 Alessandra Quines (ANADEP), Sr. Paulo César Carbonari (Projeto Sementes de Proteção), Sra.  
23 Raquel Catalani, (Abong), Sra. Lucyvanda Amorim Moura (consultora do projeto Sementes de  
24 Proteção), Sr. Mauricio Vieira Gomes da Silva (CEDH-MG), Sra. Luzia Alane Rodrigues  
25 (CPT/MG), Sra. Sofia Fromer Manzalli (CNPCT). **No segundo dia da reunião estiveram**  
26 **presentes os seguintes conselheiros e conselheiros:** Admirson Medeiros Ferro Júnior (FNDC);  
27 Alberto Terena (APIB); Ana Paula Guljor (ABRASME); Ana Borges Coelho Santos  
28 (PGR/MPF); André Carneiro Leão (DPU); Andréia Aparecida Silvério dos Santos (CPT);  
29 Carlos Nicodemos Oliveira Silva (MNDH); Darcy da Silva Costa (MNPR); Edna Cristina



30 Jatobá de Barros (Dhesca Brasil); Evangelita Cariné da Trindade Miranda (PF); Hélio das  
31 Chagas Leitão Neto (OAB); Helen Cristina Buttignol Perrela (UBM); Jonata Carvalho Galvão  
32 da Silva (MJSP); Leonardo Penafiel Pinho (MDHC); Luisa de Marillac Xavier dos Passos  
33 (CNPQ); Marina Ramos Dermmam (Instituto Cultivar); Romi Márcia Bencke (CONIC); Sandra  
34 Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Wenderson Gasparotto  
35 (Unisol Brasil). Convidados: Sra. Livi Gerbase (Inesc), Renan Sotto Mayo (DPU).

36

37 **Dia 13/04/2023 - Abertura da 68ª Reunião Ordinária do CNDH – Presidente André**

38 **Carneiro Leão:** O Presidente André Carneiro iniciou a reunião cumprimentando a todos os  
39 presentes e ao público que estava acompanhando a reunião de forma virtual. Registrou os seus  
40 agradecimentos à Secretaria Executiva do CNDH pelo trabalho hercúleo que desempenharam  
41 para a realização e organização da reunião. Nesse sentido, passou-se aos **Informes e**  
42 **orientações gerais – Presidente André Carneiro Leão:** O Presidente André Carneiro Leão  
43 informou quem diálogo com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDH), houve  
44 acréscimo no valor do orçamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) para  
45 que execute e desempenhe as suas funções institucionais até o final do ano de 2023. Registrou  
46 agradecimentos pelo esforço tanto da Chefia de Gabinete do Ministério dos Direitos Humanos  
47 (MDH) quanto da Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)  
48 que se empenharam e se esforçaram para o deslinde da questão financeira. Outro aspecto  
49 destacado foi sobre a eleição da Coordenação-Geral da Secretaria-Executiva do Conselho  
50 Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), onde a Sra. Arine Caçador Martins foi eleita, de  
51 acordo com o Edital de Convocação nº 01, de 23 de janeiro de 2023. Mencionou que houve uma  
52 sinalização de alteração da realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas no  
53 exercício das funções em detrimento do valor injusto que estava sendo pago. Com vistas a  
54 dirimir essa questão, alguns postos de trabalho estavam sendo remanejados para outros  
55 ministérios e, a partir do esforço realizado pela Chefia de Gabinete do Ministério dos Direitos  
56 Humanos (MDH), será aberta uma vaga de contrato “G4” para o Conselho Nacional dos  
57 Direitos Humanos (CNDH), em que o Colegiado contemplará uma das trabalhadoras que possui  
58 vasta contribuições com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) para ocupar a  
59 vaga. Não obstante a isso, noticiou que estava sendo pleiteada outro código de vaga para o  
60 reforço da equipe e que o edital para o chamamento de profissionais para a seleção de pessoas  
61 que tivessem interesse em atuar no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH),  
62 reforçando, assim, a equipe de trabalho. Abordou sobre a reunião ocorrida com a Delegação da  
63 União Europeia no Brasil para expor e ampliar as parcerias no âmbito europeu. Como



64 desdobramento acerca da Recomendação sobre a comunidade terapêutica, alegou que alguns  
65 ministérios haviam respondido e que o trabalho estava avançando. Registrou que no dia anterior  
66 a Defensora Pública da União, Sra. Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro tomou posse  
67 no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) como 2ª suplente representante da  
68 Defensoria Pública da União (DPU). Logo em seguida, abriu a palavra para que os conselheiros  
69 e conselheiras efetuassem os seus informes. O Conselheiro Admirson Medeiros Ferro Júnior  
70 noticiou sobre a prisão de cinco indígenas da tribo *guarani kaiowá* devido aos protestos contra a  
71 construção de um condomínio de luxo nos limites da zona urbana de Dourados (MS) e outras  
72 questões fundiárias, que estavam sendo acompanhadas pelo Conselho Nacional dos Direitos  
73 Humanos (CNDH). O Presidente André Carneiro Leão informou que estava sendo organizada  
74 uma missão para verificar a situação dos povos indígenas naquela região. A Conselheira Romi  
75 Márcia Bencke confirmou a visita da representante da Secretaria Geral da Organização das  
76 Nações Unidas (ONU), no dia 02 e 12 de maio de 2023. Contudo, ressaltou que existiam alguns  
77 entraves com relação a agenda, tendo em vista que a sociedade civil gostaria que fosse realizada  
78 a visita em quatro territórios brasileiros e que seria organizado e priorizado qual território seria  
79 visitado primeiro. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade chamou atenção para os  
80 despejos do quilombo Vista Alegre, em Alcântara (MA), que estava ocorrendo de forma violenta  
81 pelas forças armadas. Demandou que fosse dada uma atenção especial pelo Conselho Nacional  
82 dos Direitos Humanos (CNDH) para o que estava acontecendo. Solicitou que no dia 12 de junho  
83 de 2023, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) promovesse uma audiência  
84 pública em prol dos direitos das comunidades quilombolas, através das mulheres. A Conselheira  
85 Virgínia Dirami Berriel noticiou a todos a respeito do lançamento da campanha em defesa do  
86 Projeto de Emenda Constitucional (PEC) do diploma da categoria dos jornalistas no país, que  
87 ocorrerá nos dias 18 e 19 de abril de 2023, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O  
88 Conselheiro Darcy da Silva Costa solicitou que fosse realizada uma missão em conjunto com o  
89 Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o Conselho Nacional de Assistências Social (CNAS) para  
90 verificar o projeto de distribuição das pessoas em situação de rua que são usuários de álcool e  
91 substâncias ilícitas no Estado de São Paulo (SP) para as comunidades terapêuticas. Dito isso, o  
92 Presidente precisou se ausentar momentaneamente da reunião, passando a condução dos  
93 trabalhos a Vice-Presidente. Não havendo mais inscrições, avançou-se ao item **Informes sobre**  
94 **os desdobramentos da Recomendação a respeito das comunidades terapêuticas e sobre os**  
95 **conselhos de participação.** A respeito da Recomendação nº 02, de 24 de janeiro de 2023, que  
96 recomenda ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
97 que realize auditoria e inspeção nacional em todos os contratos, convênios e termos de parceria



98 com as comunidades terapêuticas firmados pela antiga Secretaria Nacional de Cuidados e  
99 Prevenção às Drogas (SENAPRED) e que, em conjunto com o Ministério da Saúde, dos Direitos  
100 Humanos e da Cidadania e da Justiça e Segurança Pública, adotar outras providências para que a  
101 assistência em saúde de pessoas usuárias de drogas seja construída a partir de políticas  
102 interministeriais com participação e controle social, o Conselheiro Leonardo Penafiel Pinho  
103 informou que houve um retorno por parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP),  
104 da Diretora da Secretaria Nacional de Política de Combate às drogas. Noticiou que foi realizada  
105 uma reunião presencial com o Secretário da Atenção Especializada do Ministério da Saúde e a  
106 Diretora da Secretaria Nacional de Política de Combate às Drogas, juntamente com o Conselho  
107 Nacional dos Direitos Humanos. Apesar de o Ministério do Desenvolvimento e Assistência  
108 Social, Família e Combate à Fome (MDS) ainda não ter se manifestado formalmente, julgou  
109 importante que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) discutisse os  
110 encaminhamentos dados. Abordou que o Ministro do Ministério dos Direitos Humanos (MDH),  
111 havia o nomeado para representar a pasta no que tange ao assunto, como forma de chamar o  
112 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para o  
113 diálogo sobre a Recomendação editada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).  
114 Assim, a subcomissão chefiada pela Conselheira Ana Paula Guljor para organizar a reunião.  
115 Outro informe dado foi sobre o retorno do Conselho Nacional LGBTQIA+ e do Comitê  
116 Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em  
117 Situação de Rua (CIAMP Rua), ambos sendo ampliados e contando com processo eleitoral  
118 próprio, com rotatividade entre os gerenciadores dos Colegiados. Ademais, foi retomado o  
119 Conselho Nacional de Drogas, que havia sido alterado para que somente fosse composto por  
120 representantes do Poder Público. A alteração passa a autorizar a participação da sociedade civil,  
121 contando com processo seletivo e ampla participação social. Finalizada a fala, a Vice-Presidente  
122 Marina Ramos Dermmam registrou que aos poucos a participação estava sendo retomada. Ato  
123 contínuo, passou-se ao **Referendo de Notas Públicas do Conselho Nacional dos Direitos**  
124 **Humanos - Presidente André Carneiro Leão:** A primeira manifestação apreciada foi sobre a  
125 Nota Pública nº 03/2023, que trata dos 5 anos do Femicídio Político de Marielle Franco e o  
126 assassinato de Anderson Gomes – Quem mandou matar Marielle? A Conselheira Luisa de  
127 Marillac Xavier dos Passos, em breve síntese, explicou que o propósito da manifestação foi a de  
128 realizar a manutenção do posicionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)  
129 contra a violência política de gênero, raça e política praticada contra mulheres que ocupam  
130 cargos no executivo e legislativo do país, a fim de que o crime seja realmente investigado pelo  
131 Poder Público com o propósito de responsabilizar o verdadeiro responsável pelas mortes. Nesse



132 sentido, não havendo manifestações em sentido contrário, a Nota Pública nº 03/2023, que trata  
133 dos 5 anos do Femicídio Político de Marielle Franco e o assassinato de Anderson Gomes –  
134 Quem mandou matar Marielle? Foi considerada aprovada. Avançando, a segunda manifestação  
135 avaliada foi sobre a Nota Pública nº 04/2023, relativa ao apoio à garantia do Acesso à justiça  
136 como direito fundamental que não pode ser limitado pelo Teto de Gastos. A Vice-Presidente  
137 Marina Ramos Dermmam destacou que a divulgação da manifestação ocorreu antes do anúncio  
138 do novo arcabouço legal sobre a matéria. Lembrou que na pauta de abril, o Conselho Nacional  
139 dos Direitos Humanos (CNDH) sobre a inclusão da política de direitos humanos no orçamento e  
140 que a preocupação foi manifesta no sentido de não ensejar o descumprimento da Emenda  
141 Constitucional (EC) nº 80/2014, que prevê a existência de Defensores e Defensoras Públicos em  
142 todas as unidades jurisdicionais. Nesse sentido, não havendo manifestações em sentido  
143 contrário, a Nota Pública nº 04/2023, que trata do apoio à garantia do Acesso à justiça como  
144 direito fundamental que não pode ser limitado pelo Teto de Gastos, foi considerada aprovada.  
145 Logo em seguida, passou-se a abordagem do **Referendo das Resoluções do Conselho Nacional**  
146 **dos Direitos Humanos – Presidente André Carneiro Leão:** A primeira manifestação  
147 apreciada foi sobre a Resolução nº 06, de 10 de março de 2023, que dispõe sobre a aprovação do  
148 Relatório da Missão contra violações de direitos humanos decorrentes de conflitos agrários no  
149 estado de Rondônia 22 a 26 de agosto de 2022. Nesse sentido, não havendo manifestações em  
150 sentido contrário, a Resolução nº 06, de 10 de março de 2023, foi considerada aprovada.  
151 Avançando, a segunda manifestação realizada foi sobre a Resolução nº 07, de 31 de março de  
152 2023, que dispõe sobre a composição das Comissões e Subcomissões Permanentes para o biênio  
153 2022-2024, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). A Vice-Presidente  
154 Marina Ramos Dermmam reforçou que a medida se trata de uma composição inicial e que novas  
155 consultas seriam feitas para finalizar a composição até o dia 28 de abril para publicar a  
156 constituição final até o dia 05 de maio de 2023. Informou que a Mesa Diretora decidiu publicar  
157 a lista prévia para que os grupos iniciassem suas atividades. Não havendo manifestações em  
158 sentido contrário, a Resolução nº 07, de 31 de março de 2023 foi considerada aprovada. Logo  
159 em seguida, passou-se ao **Referendo de Recomendações do Conselho Nacional dos Direitos**  
160 **Humanos – Presidente André Carneiro Leão:** Foi analisada a Recomendação nº 07, de 13 de  
161 abril de 2023, que recomenda à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)  
162 medidas em prol das/os trabalhadoras/es demitidos sem motivação, especialmente pelo não  
163 julgamento da ADI 1.625, e, em adição, por conta da quantidade de denúncias de perseguição de  
164 caráter ideológico, científico, atuação profissional e/ou sindical na referida empresa. A  
165 Conselheira Virgínia Dirami Berriel iniciou a apresentação da manifestação explicando que foi



166 na sessão plenária anterior, foi recebido os integrantes e trabalhadoras da Empresa Brasileira de  
167 Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que noticiaram sobre as condições de trabalho sofridas, em  
168 especial contra aos trabalhadores que estão nas frentes sindicais da empresa, denunciando o  
169 comportamento da sociedade empresária. O documento considerou o descumprimento das  
170 normas regulamentadoras de saúde e de segurança; a não implementação do Programa de  
171 Gerenciamento de Riscos Ocupacional; a não realização e corte de exames toxicológicos das  
172 trabalhadoras e trabalhadores que exercem duas funções em áreas reconhecidamente de risco no  
173 Rio de Janeiro, dentre outros fatores, para a elaboração dos encaminhamentos. Na sequência,  
174 efetuou a leitura dos encaminhamentos contidos no documento nos seguintes termos: “1. *Que*  
175 *todos os casos de assédio denunciados junto à Ouvidoria, à Comissão de Ética e à CPPCAM –*  
176 *Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Assédio Moral da Embrapa sejam*  
177 *investigados por comissão eleita pelos trabalhadores e, também, por autoridades externas e*  
178 *independentes, a exemplo da força tarefa da CGU; 2. Que assegure a liberdade de expressão*  
179 *científica e a atuação técnica nas temáticas socioambientais, agroecológicas e com os diversos*  
180 *grupos da agricultura familiar; 3. Que crie uma Política efetiva de Prevenção e Enfrentamento*  
181 *do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação; 4. Que promova o imediato*  
182 *cumprimento das Diretrizes Nacionais sobre Empresas Nacionais e Direitos Humanos,*  
183 *conforme os termos da Lei nº 7.177/2018; 5. Que cumpra as determinações estabelecidas em lei*  
184 *para que as áreas de Compliance, Ouvidoria e da Comissão de Ética da Embrapa atuem de*  
185 *forma independente e transparente; 6. Que atenda a eventual convocação da Embrapa pela*  
186 *Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados do*  
187 *Brasil para discussão dos casos de assédio e apresentação das ações implementadas pela*  
188 *diretoria para combatê-los no âmbito da empresa; e 7. Que promova a reintegração imediata*  
189 *das trabalhadoras e trabalhadores demitidos da Embrapa sem motivação, especialmente pelo*  
190 *não julgamento da ADI 1.625, e, em adição, por conta da quantidade de denúncias de*  
191 *perseguição de caráter ideológico, científico, atuação profissional e/ou sindical na referida*  
192 *empresa”.* Não obstante a isso, sugeriu que a recomendação fosse enviada à Presidência e a  
193 Ouvidoria da Embrapa; à Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Assédio Moral da  
194 Embrapa (CPPCAM); à Procuradoria-Geral da República; ao Ministério da Agricultura e  
195 Pecuária; à Ouvidoria do Ministério da Agricultura e Pecuária; ao Congresso Nacional; à  
196 Controladoria Geral da União (CGU); ao Ministério das Mulheres; ao Ministério Público do  
197 Trabalho; ao Ministério Público Federal (MPF) e à Organização Nacional do Trabalho. Logo em  
198 seguida, foi aberta a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro  
199 Richard Pae Kim manifestou abstenção quanto a aprovação do item 7 da Recomendação. A



200 Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos opinou no sentido de que a Recomendação não  
201 tratava de ilícitos específicos, tendo em vista que não foi oportunizado o direito ao contraditório  
202 e ampla defesa pela parte acusada para se defender da imputação. Discursou que os documentos  
203 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos não deveriam reproduzir as demandas, a fim de  
204 não se tornar parcial quanto aos casos apresentados. Questionou sobre a recomendação contida  
205 no item 6 do documento, alegando que não compreendeu bem sobre o que estava exposto. Nesse  
206 sentido, o Conselheiro Richard Pae Kim sugeriu que a recomendação do item 6 fosse destinado  
207 à Comissão de Minorias da Câmara dos Deputados e que o item 7 expressasse no sentido de  
208 acelerar o processo de investigação das demissões da entidade sem motivação, respeitando os  
209 princípios do contraditório e ampla defesa. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel explicou que  
210 o documento foi disponibilizado a mais de 7 dias no *drive* do Conselho Nacional dos Direitos  
211 Humanos (CNDH) e que todas as denúncias possuíam provas da existência. Assim, propôs que  
212 o documento ao menos direcionasse solicitando a reintegração dos cargos, em conformidade  
213 com as provas acostadas e as denúncias públicas contra a entidade. A Conselheira Camila  
214 Gomes de Lima concordou com a fala anterior, que chamou atenção quando ao respeito do  
215 contraditório e ampla defesa. Pontuou sobre necessidade da preservação do vínculo de trabalho  
216 e que o documento fosse referenciado ao teor da decisão da ADI exposta no texto para que os  
217 cargos fossem garantidos. Quanto aos fatos sujeitos à apuração, opinou-se no sentido de que o  
218 Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) retirasse a expressão “ocorridos”, para que o  
219 Colegiado não fizesse juízo sobre os casos, mas tão somente noticiá-los. Desse modo, sugeriu-se  
220 que fosse destacado somente o pleito pela apuração em relação a cada fato para ensejar o retorno  
221 aos cargos pelos trabalhadores e trabalhadoras. A Conselheira Camila Gomes de Lima refletiu  
222 sobre os caminhos que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) poderia  
223 encaminhar para fortalecer a voz das vítimas dos mais diversos assédios. Defendeu a ideia de  
224 que o Colegiado cobrasse a reintegração aos cargos, em razão de que isso poderia ser pedido no  
225 âmbito judicial de forma liminar enquanto se discute os casos. O Conselheiro Wenderson  
226 Gasparotto concordou com a fala anterior e sugeriu que constasse a expressão “casos  
227 noticiados” no documento. Para fins de encaminhamento, a Conselheira Luisa de Marillac  
228 Xavier dos Passos propôs que a manutenção dos vínculos de trabalho fosse defendida pela  
229 Recomendação. Nesse sentido sugeriu que constasse o seguinte “*Reintegração imediata dos*  
230 *trabalhadores e trabalhadoras demitidas da Embrapa sem motivação, pela preservação dos*  
231 *vínculos de trabalho enquanto se apuram denúncias de perseguição de caráter ideológico,*  
232 *científico, atuação profissional e/ou sindical da referida empresa*”. Desse modo, a  
233 recomendação não estaria adentrando as denúncias em si, mas contemplaria a preocupação



234 quanto ao respeito a todos os princípios com relação aos fatos e denúncias recebidas. Assim, o  
235 texto foi encaminhado a votação da seguinte forma: 1) no considerando final seria substituída a  
236 palavra “ocorridos” por “denunciadas”; 2) a recomendação nº 6 seria destinada à Câmara dos  
237 Deputados, em especial à Comissão de Minorias; 3) a recomendação nº 7 contaria com a  
238 seguinte redação: *“Reintegração imediata dos trabalhadores e trabalhadoras demitidas da  
239 Embrapa sem motivação, pela preservação dos vínculos de trabalho enquanto se apuram as  
240 denúncias de perseguição de caráter ideológico, científico, atuação profissional e/ou sindical  
241 da referida empresa”*. Ingressando em regime de votação, considerou-se aprovada a  
242 recomendação, com a abstenção manifestada pelo Conselheiro Richard Pae Kim (CNJ).  
243 Retomada a condução dos trabalhos pelo Presidente André Carneiro Leão pediu desculpas pela  
244 ausência devido ao compromisso que teve de comparecer no evento organizado pela Associação  
245 de Procuradores da República. Registrou a presença da Sra. Rivana Barreto Ricarte, Presidente  
246 da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e a saudou. Passando  
247 ao item **Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a Associação Nacional das**  
248 **Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP):** O Presidente André Carneiro Leão explicou  
249 que o documento tem como finalidade a implementação de ações, medidas e projetos comuns de  
250 proteção e defesa dos direitos humanos. A partir do Termo de Cooperação, a Associação  
251 Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) será convidada permanente para  
252 todas as reuniões plenárias, com direito a voz, podendo indicar defensoras e defensores públicos  
253 para integrarem as comissões permanentes. Além disso, a entidade trabalhará conjuntamente na  
254 defesa de projetos de lei, que envolvam a temática sobre os direitos humanos. Ressaltou que o  
255 acordo perdurará o tempo que compreende o mandato atual. Nesse sentido, a Sra. Rivana  
256 Barreto Ricarte, Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos  
257 (ANADEP) saudou a todos e fez uma fala no sentido de asseverar que a entidade trabalhará  
258 juntamente com o Colegiado para a construção de projetos e criação de estratégias contra a  
259 violação dos direitos humanos. Explicou que a entidade é composta por defensoras e defensores  
260 públicos de todo o país que poderão contribuir nas esferas legislativa, jurídica e internacional de  
261 direitos humanos. Desse modo, procedeu-se ao ato de posse e assinatura do Termo de  
262 Cooperação Técnica. A Sra. Rivana Barreto Ricarte convidou a todos os conselheiros e  
263 conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) a participarem do evento  
264 celebrando o dia nacional das defensoras e defensores públicos, no dia 04 de maio de 2023, às  
265 09h. Avançando ao item **Instalação e funcionamento das comissões e subcomissões**  
266 **permanentes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH):** O Presidente André  
267 Carneiro Leão registrou sobre os desafios enfrentados no âmbito do Conselho tanto a respeito do



268 orçamento quanto a recomposição da equipe. Informou que o Conselho Nacional dos Direitos  
269 Humanos (CNDH) atualmente conta com o trabalho de 4 trabalhadoras e 1 trabalhador  
270 terceirizados e com a saída da Assessora Técnica responsável pelo recebimento das denúncias, o  
271 Colegiado ficará sem suporte técnico nos próximos dias. Dito isso, há a eminente necessidade de  
272 se resolver a questão para que as comissões e subcomissões consigam realizar as suas  
273 respectivas reuniões. Como resolução, noticiou que havia uma decisão consensual pelos  
274 membros da Mesa Diretora para que as comissões e subcomissões adotassem, de forma  
275 provisória, algumas medidas emergenciais, a exemplo do fornecimento de modelos para edição  
276 dos documentos. Além disso, seria disponibilizado o *link* do *Microsoft teams* para gravação das  
277 reuniões e a disponibilização do ofício circular para realização dos convites. Como solução para  
278 a elaboração de atas, foi sugerido que cada coordenador e coordenadora organize um registro da  
279 pauta, do que foi debatido e dos encaminhamentos, a partir de um modelo que será  
280 disponibilizado para edição. Ademais, informou que igualmente seria ofertada a possibilidade de  
281 realização de um acordo de cooperação técnica para auxiliar no andamento das reuniões e que  
282 seria iniciado um diálogo com as universidades federais para que auxiliassem na elaboração dos  
283 documentos. Abriu um parêntese para discursar a respeito da necessidade de que o Conselho  
284 Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) fosse respeitado como instituição de Estado para a  
285 fosse contemplado com a realização de um concurso público prevendo uma carreira oficial.  
286 Com relação à realização das primeiras reuniões das comissões e subcomissões permanentes, foi  
287 aberta uma planilha de marcação, a fim de que na sessão estivesse presente um membro da Mesa  
288 Diretora para auxiliar os trabalhos. O Presidente André Carneiro Leão solicitou à Secretaria  
289 Executiva que consultasse a respeito da expedição de ofício ao Procurador Geral da República  
290 para que indicasse os membros da comissão ou subcomissão que desejarem participar. Registrou  
291 que a Recomendação nº 07, de 31 de março de 2023, que dispões sobre a composição das  
292 Comissões e Subcomissões Permanentes para o biênio 2022-2024, no âmbito do Conselho  
293 Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) não foi editada com o propósito de impedir a  
294 composição por novas entidades, mas de organizar, a partir da concessão de um novo prazo para  
295 nova indicação para a composição dos grupos. Encerrado o prazo para indicações, seria  
296 elaborada uma nova resolução para constituir os nomes dos novos membros. Na sequência,  
297 abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Presidente André Carneiro  
298 Leão esclareceu que todas as entidades que participaram das comissões e subcomissões no ano  
299 anterior foram novamente convidadas. O Conselheiro Wenderson Gasparotto realizou algumas  
300 observações a respeito do convite às entidades que não foram convidadas a integrar as  
301 comissões e subcomissões. Alegou que estava se empenhando para conhecer os membros da



302 comissão que participa. Solicitou que fosse enviado novos convites para as entidades que não  
303 receberam e que fosse divulgado aquelas que responderam e os representantes indicados. O  
304 Presidente André Carneiro Leão explicou que foi feito um esforço e que foi elaborada uma  
305 planilha com a indicação dos nomes. Sugeriu que fosse enviado um novo ofício para as  
306 entidades que não foram convidadas e que após, será editada uma nova resolução constando os  
307 novos nomes. Destacou sobre a possibilidade de que cada coordenador efetuasse a indicação de  
308 uma nova entidade ou *expert* para compor a comissão ou subcomissão, porém, essa cláusula  
309 gerava problemas para a Secretaria Executiva. Dito isso, sugeriu a manutenção da metodologia,  
310 para que após o recebimento dos ofícios respostas até o dia 05 de maio de 2023, que fosse  
311 elaborada uma nova recomendação, para que cada coordenador ou coordenadora avalie as  
312 entidades que comporão a sua comissão. Feita a análise, restando pendente o convite para outra  
313 entidade, o coordenador indica representante ou entidade para integrar o corpo participativo da  
314 comissão, via e-mail para a Mesa Diretora. O Conselheiro Richard Pae Kim manifestou  
315 interesse em participar da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das  
316 Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos (COE). Registrou que o Conselho  
317 Nacional de Justiça (CNJ) se colocou à disposição da Comissão de Litigância Estratégica para  
318 apresentar os dados e informações obtidas pelo Órgão. Questionou se o tema relativo à saúde  
319 estaria abarcado pela Comissão da Seguridade Social e se colocou à disposição desta comissão.  
320 A Conselheira Ana Paula Guljor realizou um convite formal ao Conselho Nacional de Justiça  
321 (CNJ) para participar da Subcomissão de Política de Drogas e Saúde Mental, em razão da  
322 Resolução CNDH nº 487 que demanda o apoio do órgão na prestação de informações. Solicitou  
323 o encaminhamento da lista de e-mail contendo o *WhatsApp* das pessoas inscritas na  
324 Subcomissão. A Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos consultou se foi feita uma  
325 manifestação de cada conselheiro ou conselheira das comissões e subcomissões que tinham o  
326 interesse de integrar. Sugeriu que fosse aberto aos conselheiros e conselheiras a oportunidade  
327 para que manifestassem quais comissões ou subcomissões que desejassem participar. Registre-se  
328 que o Sr. Marcelo Chalréo foi incluído na Comissão Terra, pela Ordem dos Advogados do Brasil  
329 – Subseção Rio de Janeiro. Dito isso, o Presidente André Carneiro Leão solicitou a todos os  
330 conselheiros e conselheiras que analisassem a Recomendação, para identificar quais entidades  
331 não foram observadas. Nesse diapasão, entrou-se numa discussão paralela sobre a administração  
332 dos novos membros e sobre o grupo de *WhatsApp*. Saneada a discussão, com relação ao  
333 adiamento das reuniões, a Mesa Diretora não vislumbrou óbice quanto a isso. O Conselheiro  
334 Arthur Custódio Moreira de Sousa registrou sobre o interesse da entidade que representa na  
335 composição do Grupo de Trabalho relacionado a preservação da memória e justiça. Não



336 havendo mais inscrições para fala, foi concedido intervalo para almoço. Retomado os trabalhos  
337 do primeiro dia da 68ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos  
338 (CNDH), a Conselheira Camila Gomes de Lima informou que na próxima terça-feira, as 14h,  
339 será julgado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) o Recurso em Mandado de  
340 Segurança, que aborda as questões envolvendo o caso do assassinato da Vereadora Marielle  
341 Franco, no que tange ao direito dos familiares a acompanharem as investigações do caso  
342 emblemático. Solicitou que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) recebesse a  
343 manifestação consoante ao Projeto de Lei (PL) que dispõe a respeito da criminalização de  
344 movimentos sociais. O Presidente André Carneiro Leão pontuou sobre a necessidade de o  
345 Colegiado se manifestar sobre o assunto. Assim, solicitou que a manifestação conjunta fosse  
346 encaminhada por e-mail. Nessa perspectiva, avançou-se ao item **Apresentação do relatório do**  
347 **Projeto Sementes de Proteção – Sr. Paulo César Carbonari:** O Sr. Paulo César Carbonari  
348 apresentou que o projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos  
349 Humanos é uma iniciativa conjunta da Associação Brasileira de Organizações Não  
350 Governamentais (Abong), do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), da  
351 Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e da *We World GVC Onlus*, com apoio  
352 financeiro da União Europeia, para o desenvolvimento de ações de fortalecimento das  
353 organizações da sociedade civil que atuam com direitos humanos no Brasil. Em seguida, a Sra.  
354 Raquel Catalani, assessora de projetos da Associação Brasileira de ONGs (Abong), explicou que  
355 o projeto Sementes de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos  
356 ([sementesdeprotecao.org.br](http://sementesdeprotecao.org.br)) é uma iniciativa conjunta da Sociedade Maranhense de Direitos  
357 Humanos (SMDH), do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), da Associação  
358 Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e da *We World GVC Onlus*, com apoio  
359 financeiro da União Europeia, para o desenvolvimento de ações de fortalecimento das  
360 organizações da sociedade civil que atuam com direitos humanos no Brasil. O Projeto Sementes  
361 de Proteção também conta com a participação, na condição de associadas, da Comissão Pastoral  
362 da Terra (CPT), da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais  
363 e Intersexos (ABGLT), da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (AMDH) e  
364 do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O objetivo geral do projeto é contribuir com o  
365 apoio a defensores/as dos direitos humanos e às organizações da sociedade civil que atuam em  
366 questões associadas a violações dos direitos humanos e ataques contra liberdades fundamentais  
367 no Brasil. O objetivo específico é fortalecer as capacidades de defesa, promoção e proteção  
368 dos/as militantes e lutadores/as que são defensores/as de direitos humanos de movimentos  
369 sociais e organizações da sociedade civil em 21 estados brasileiros para semear a proteção



370 popular. São beneficiários (as) finais do projeto: militantes, lutadores (as) do povo, lideranças  
371 comunitárias, dirigentes de organizações da sociedade civil que fazem luta social no Brasil e são  
372 reconhecidos (as) como defensores (as) de direitos humanos. Desse modo, o relatório foi  
373 apresentado nos seguintes termos: *“O relatório do segundo ano de desenvolvimento do Projeto*  
374 *Sementes de Proteção traz narrativas de 39 defensores e defensoras de direitos humanos que*  
375 *atuam em diversos campos de lutas por direitos. Este ano, a partir das entrevistas realizadas, o*  
376 *relatório buscou abordar três questões principais: o processo eleitoral brasileiro em 2022, a*  
377 *partir das violências percebidas e vividas por defensores e defensoras de direitos humanos, bem*  
378 *como as estratégias adotadas pelas organizações para fazer frente ao contexto; uma avaliação*  
379 *sobre a democracia e os direitos humanos no Brasil e os desafios para seu fortalecimento; e*  
380 *uma avaliação sobre os desafios para o fortalecimento das organizações e movimentos em que*  
381 *atuam os/as defensores/as. É importante destacar que a elaboração do relatório se deu num*  
382 *período de grande turbulência no país. A coleta dos depoimentos aconteceu entre o final do*  
383 *segundo semestre de 2022 e janeiro de 2023, período em que passamos por grande*  
384 *instabilidade política em razão do risco de uma possível renovação do mandato do então*  
385 *presidente, Jair Bolsonaro, já que a eleição seria decidida em segundo turno. Em função disso,*  
386 *houve uma maior exigência de engajamento da sociedade civil organizada – organizações e*  
387 *movimentos sociais – no enfrentamento à barbárie e na construção da campanha que defendia*  
388 *um projeto democrático para o país. Passada essa turbulência inicial e tendo a felicidade de ver*  
389 *vencer nas eleições o projeto que mais dialoga com os interesses e necessidades da maioria da*  
390 *população, não houve descanso. Após uma semana de uma cerimônia de posse histórica, em*  
391 *que a faixa presidencial foi entregue ao presidente Luís Inácio Lula da Silva por uma*  
392 *diversidade de representações de segmentos da sociedade civil organizada, que também*  
393 *demonstrou a diversidade do povo brasileiro e teve o simbolismo do povo “subindo a rampa do*  
394 *poder”, tiveram início atos terroristas praticados por grupos de extrema-direita, apoiadores do*  
395 *ex-presidente, inconformados com a derrota nas urnas. Esses fatos – tanto os belos quanto os*  
396 *trágicos – aparecem nas narrativas dos defensores e das defensoras ouvidos/as para a*  
397 *construção do relatório. Antes da confirmação da vitória de Lula, as narrativas são mais*  
398 *carregadas pela tensão e pelo medo de que houvesse uma recondução do projeto genocida e,*  
399 *consequentemente, pelo temor de que a situação da democracia e dos direitos humanos ficasse*  
400 *ainda mais fragilizada no país. Após a vitória, as falas já trazem um grande sinal de esperança,*  
401 *pautadas na abertura ao diálogo e na reconstrução de um país que ficou esgarçado não só*  
402 *durante o processo eleitoral, mas desde o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em*  
403 *2016. Para esclarecer dados sobre a pesquisa feita, a Sra. Lucyvanda Amorim Moura,*



404 Consultora do projeto, passou a discorrer o seguinte sobre as questões apresentadas aos  
405 entrevistados: “(...) *pode fazer uma breve apresentação contando sobre sua principal atuação*  
406 *na luta por direitos humanos? Neste primeiro momento, as/os 39 defensores/as entrevistados/as*  
407 *punderam fazer uma breve apresentação de sua caminhada pessoal junto aos movimentos e*  
408 *organizações da sociedade civil. São eles/as: 1. Adriana Ramos (Instituto Socioambiental -*  
409 *ISA); 2. Alair Luís dos Santos (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na*  
410 *Agricultura Familiar - Contag); 3. André Freitas (Greenpeace Brasil); 4. Antônio Eduardo*  
411 *Cerqueira de Oliveira (Conselho Indigenista Missionário - CIMI); 5. Benedito Roberto Barbosa*  
412 *(Dito) (Central de Movimentos Populares - CMP); 6. Bruna Benevides (Associação Nacional de*  
413 *Travestis e Transexuais - Antra); 7. Cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva) (Aldeia*  
414 *Tupinambá Serra do Padeiro); 8. Carlos Nicodemos (MNDH e Organização Projeto Legal -*  
415 *OPL); 9. Carmen Silva (SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia); 10. Cláudia Sala*  
416 *de Pinho (Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil); 11. Darcy Costa (Movimento*  
417 *Nacional da População em Situação de Rua - MNPR); 12. Débora Rodrigues (Associação Vida*  
418 *Brasil e Abong); 13. Denise Dora (Artigo 19) 14. Diva Santa (Grupo Tortura Nunca Mais -*  
419 *GTNM); 15. Fagner Jandrey (Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais*  
420 *Recicláveis - MNCR); 16. Fernando Pigatto (Fórum em Defesa do Direito Humano à Saúde);*  
421 *17. Getúlio Vargas Junior (Confederação Nacional das Associações de Moradores - Conam);*  
422 *18. Giuliano Galli (Instituto Vladimir Herzog - Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e*  
423 *Comunicadores); 19. Givânia Silva (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos -*  
424 *Conaq) ;20. Gustavo Coutinho (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis,*  
425 *Transexuais e Intersexos - ABGLT); 21. Heliana Hemetério (Rede Candaces de Lésbicas e*  
426 *Bissexuais Negras, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras); 22. Iêda Leal (Movimento*  
427 *Negro Unificado - MNU); 23. Irene Maria dos Santos (Instituto Brasil Central - Ibrace); 24.*  
428 *João Marcos R. Dutra (Movimentos dos Atingidos por Barragens - MAB); 25. Júlio Barbosa*  
429 *(Conselho Nacional das Populações Extrativistas - antigo Conselho Nacional dos Seringueiros)*  
430 *projeto sementes de proteção; 26. Larice Durval Ribeiro (Levante Popular da Juventude); 27.*  
431 *Leonardo Pinho (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, Unisol Brasil,*  
432 *Associação Brasileira de Saúde Mental - Abrasme); 28. Lucia Secoti (Conselho Nacional dos*  
433 *Direitos da Pessoa Idosa - CNDI); 29. Makota Celinha Gonçalves (Centro Nacional de*  
434 *Africanidade e Resistência Afro Brasileira - Cenarab); 30. Marina Dermmam (Movimento dos*  
435 *Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST); 31. Mônica Alkmim (Movimento Nacional de Direitos*  
436 *Humanos - MNDH) ;32. Nilma Bentes (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará -*  
437 *Cedenpa); 33. Paola Falceta (Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 -*



438 Avico); 34. Irmã Petra Pfaller (Pastoral Carcerária); 35. Ronilson Costa (Comissão Pastoral  
439 da Terra - CPT); 36. Roseane Dias (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH); 37.  
440 Tânia Dornellas (Campanha Nacional pelo Direito à Educação - CNDE); 38. Valdênia  
441 Aparecida Paulino Lanfranchi (Justiça nos Trilhos) ;39. Virgínia Berriel (Central Única dos  
442 Trabalhadores - CUT). Como avalia o processo eleitoral de 2022: quais as dificuldades e  
443 violências percebidas neste período, sobretudo para defensores / as de direitos humanos? As  
444 últimas eleições significaram um verdadeiro enfrentamento para o campo dos direitos humanos,  
445 e para muitas lideranças este processo eleitoral foi corolário de um processo político iniciado  
446 há seis anos atrás, cujo estopim foi o golpe de 2016 que destituiu a ex-presidenta Dilma  
447 Rousseff. Neste período houve um crescimento de todos os tipos de violência contra defensoras  
448 e defensores de direitos humanos, além do desmonte de conquistas nas áreas da saúde, da  
449 educação, da ciência e tecnologia, da cultura e dos direitos da classe trabalhadora. Durante as  
450 eleições, defensoras e defensores do campo e das cidades foram alvo, nas redes e nas ruas, de  
451 diversas ações de constrangimento, perseguições, ameaças e ataques de diversas naturezas. Em  
452 comunidades tradicionais houve um acirramento dos conflitos e a violência foi ainda mais  
453 intensa, com a execução de diversos ataques dos setores vinculados ao agronegócio  
454 direcionados a indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e outros grupos. Este foi um  
455 processo muito marcado, também, pelo medo. A extrema direita é muito agressiva, e as  
456 lideranças entrevistadas afirmam que “um dos maiores desafios neste quatro anos foi viver”  
457 (Virgínia Berriel, CUT). E mesmo após as eleições, ainda é assustador saber que pouco menos  
458 da metade do país ainda acredita em um projeto político de extermínio de grupos  
459 vulnerabilizados. Junto a este movimento, soma-se uma cultura de descrença na política que,  
460 por conta da preocupação oriunda do medo das consequências de um conflito violento, faz com  
461 que procuremos evitar debates políticos saudáveis, um comportamento que vai na contramão do  
462 exercício cidadão e democrático. Ainda sobre as eleições de 2022, para além dos ataques  
463 físicos, no campo ideológico vivemos disputas igualmente violentas. Não só às vésperas da  
464 votação, mas durante todo o governo da gestão Bolsonaro as pessoas e as organizações  
465 defensoras de direitos humanos foram difamadas, figurando como principais alvos de mentiras,  
466 fake news e campanhas de desinformação, descredibilizando e, muitas vezes, criminalizando o  
467 seu trabalho. Além disso, nunca antes a máquina pública foi tão utilizada em uma tentativa  
468 desesperada de reeleição do governo em exercício: desde a execução de políticas  
469 verdadeiramente assistencialistas à utilização da força policial para evitar votos em outras  
470 candidaturas, passando pelo uso do aparato estatal para colocar em xeque o sistema eleitoral  
471 brasileiro, Bolsonaro fez de tudo para não sair da presidência. Muito da violência vivida por



472 defensoras e defensores de direitos humanos parece ter origem no “aval” dado pelo  
473 ex-presidente Jair Bolsonaro à população para desrespeitar, discriminar e desumanizar grupos  
474 sociais específicos, principalmente pessoas negras, indígenas, quilombolas, mulheres, pessoas  
475 LGBTQIA+, pessoas com deficiências e pessoas de religiões de matriz africana. Os grupos  
476 apoiadores do então presidente sentiam que tinham permissão para ir contra, para deslegitimar  
477 e, inclusive, para criminalizar, sobretudo, as pessoas que defendem todos estes grupos.  
478 Atualmente, existe um receio em relação ao comportamento de apoiadores após a derrota do  
479 governo Bolsonaro. Neste sentido, defensoras e defensores de direitos humanos acreditam que  
480 os próximos anos ainda serão de muita luta e enfrentamento na defesa dos direitos humanos.  
481 Por outro lado, o campo dos direitos humanos teve uma importante conquista. Elegemos não só  
482 na esfera federal, mas também em diversos estados governos progressistas alinhados com as  
483 pautas dos direitos humanos. Firmamos alianças e construímos estratégias com outros setores e  
484 grupos para garantir a continuidade do nosso trabalho, e pudemos mostrar que somente a  
485 organização coletiva e popular é capaz de derrotar ideais autoritários que violam os direitos  
486 humanos. Foi uma eleição de muito sacrifício, de muito medo, mas foi uma eleição de muita  
487 coragem, de olhos nos olhos e de trabalho de base. Contudo, como alertam as lideranças  
488 entrevistadas, é igualmente importante não nos esquecermos de que, após uma campanha  
489 exaustiva que derrotou Bolsonaro nas urnas, o bolsonarismo segue ativo como uma força social  
490 ressentida entre o povo e como uma força institucional no Congresso Nacional e em diversas  
491 casas legislativas pelo Brasil. Quais as estratégias e alternativas que sua organização  
492 implementou para o enfrentamento deste cenário? Para enfrentamento do cenário descrito na  
493 questão anterior pelas/os defensoras/es de direitos humanos, onde prevaleceram violências e o  
494 perigo de continuidade do fascismo institucionalizado, diversas foram as estratégias adotadas  
495 pelas organizações e movimentos. Algumas organizações focaram na questão da informação e  
496 dos direitos digitais, trabalhando com a elaboração de materiais para apresentar respostas às  
497 notícias falsas (fake news) que tanto eram disseminadas entre a população. Muitas  
498 organizações também focaram o seu trabalho com as bases, desenvolvendo ações de  
499 mobilização, debates públicos e formação por uma perspectiva crítica da conjuntura junto à  
500 população, além de trabalhos com rádios comunitárias e outras mídias locais. Outra estratégia  
501 importante relatada pela maioria dos/as entrevistados/as foi o trabalho em rede. As articulações  
502 e parcerias, em diferentes projetos, ações e causas, foram fundamentais para promover uma  
503 proteção coletiva e popular, ações e mobilizações junto à população, assim como, inclusive,  
504 para enfrentar o processo de criminalização das organizações. Diferentes mobilizações da  
505 sociedade civil organizada aconteceram com o objetivo de denunciar as violações de direitos



506 humanos, assim como a situação política do Brasil, em diversos espaços e instâncias nacionais  
507 e internacionais. Assim, as organizações se empenharam em documentar e denunciar ao  
508 Ministério Público, ao Congresso Nacional, ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, ao  
509 Tribunal Superior Eleitoral, à Procuradoria-Geral e a outras autoridades, diferentes situações,  
510 como: crimes socioambientais, fake news, tentativas de impedimento das comunidades de  
511 votarem (sobretudo indígenas) e outras tantas violações políticas e eleitorais que aconteciam.  
512 Além disso, as organizações se articularam para incidência em fóruns, assembleias e outros  
513 espaços internacionais, buscando visibilizar as violações de direitos que seguiam em curso no  
514 país e conseguir apoio junto à comunidade internacional. Outra importante frente de atuação  
515 relatada pelos/as defensores/as foi a construção de mecanismos de proteção popular e  
516 autoproteção, pela qual as organizações buscaram formular orientações e recomendações de  
517 segurança aos/ às seus/suas ativistas, parceiros/as e à população, especialmente com relação às  
518 campanhas políticas e atuação nos territórios com grande presença de bolsonaristas. Como  
519 avalia a situação atual da democracia e dos direitos humanos no Brasil e quais seriam os  
520 desafios para seu fortalecimento? O resultado das urnas em 2022 sinaliza um grande avanço  
521 em relação à democracia e ao respeito aos direitos humanos, às defensoras e aos defensores,  
522 mas ainda existe um longo caminho a ser trilhado, pois o contexto é de fragilização profunda da  
523 democracia brasileira. Neste sentido, um dos grandes desafios é superar a forma como foram  
524 fomentados em nossa população o ódio, a discriminação e a descrença na democracia e na  
525 própria política, e como isso afeta diretamente as comunidades e os grupos sociais com os  
526 quais trabalhamos, e cujos direitos defendemos. O Brasil está dividido, e as lideranças atentam  
527 o tempo inteiro para o fato de que apesar de Bolsonaro ter sido derrotado, o bolsonarismo e  
528 suas investidas antidemocráticas seguem ativos, e para reverter essa situação que nos coloca a  
529 todas e todos em risco, será necessário um intenso trabalho de base. Além disso, fortalecer a  
530 nossa democracia passa também pela responsabilização dos agentes que têm fomentado  
531 discursos de ódio nos últimos anos. No campo institucional, também existe muito trabalho a ser  
532 feito, e o momento é de reconstrução e de retomada. Em diversos espaços do Estado houve  
533 tentativas (e muitas delas bem sucedidas) de institucionalização de violações de direitos  
534 humanos, por isso, buscando proteger e fortalecer a nossa democracia, é fundamental  
535 recuperar as instituições e reconstruir tudo o que foi destruído no campo dos direitos. Este  
536 exercício passa necessariamente pela tradução de nossas pautas e nossas demandas em quadros  
537 orçamentários, planos plurianuais, políticas públicas e ações efetivas de implementação da  
538 agenda de direitos humanos. Outro grande desafio para o fortalecimento da democracia e dos  
539 direitos humanos no Brasil é garantir espaços efetivos de participação e controle social, pois a



540 *democracia e o país que queremos não se construirá a partir do Palácio do Planalto, dos*  
541 *Ministérios ou de qualquer outra instância governamental por si só, mas da vontade popular.*  
542 *Assim, é preciso fortalecer instâncias de participação com protagonismo dos movimentos*  
543 *sociais e da sociedade civil organizada, além de fortalecer, também, a formação política das*  
544 *bases orientada para uma perspectiva de exercício de cidadania que vá além do voto. Quais*  
545 *seriam os desafios para o fortalecimento da atuação das organizações e movimentos nos quais*  
546 *atuam defensores / as de direitos humanos? Na opinião dos/as entrevistados/as, muitos são os*  
547 *desafios para o fortalecimento das organizações e movimentos de direitos humanos no Brasil.*  
548 *Um importante desafio relatado pode ser traduzido especialmente na fala de Adriana Ramos*  
549 *(ISA): “É preciso que o reconhecimento do papel das OSCs seja feito pelo governo e que novas*  
550 *políticas de Estado, de apoio à sociedade civil, sejam estabelecidas, inclusive políticas que*  
551 *sejam permanentes e consolidadas de tal forma que qualquer outro governo mais*  
552 *antidemocrático não tenha facilidade de desmontar.” Assim, muito foi dito sobre a importância*  
553 *de que o governo reconheça o campo como parte da construção da democracia e estimule a*  
554 *participação social. Além disso, a questão dos financiamentos e investimentos para*  
555 *sustentabilidade, estruturação e fortalecimento das organizações e movimentos esteve muito*  
556 *presente como um desafio fundamental. Outro desafio muito presente foi o de fortalecimento da*  
557 *atuação em rede das organizações e movimentos, buscando a continuidade da estratégia dos*  
558 *processos de articulação e organização tanto para ações coletivas quanto para o cumprimento*  
559 *de seu importante papel no diálogo, controle social e contribuição na construção de políticas*  
560 *públicas. Nesse sentido, um exemplo foi trazido por Cacique Babau: “A luta indígena tem que*  
561 *aproveitar o governo Lula não só para demarcação de terras, mas para dar acesso à tecnologia*  
562 *para que nós, indígenas, trabalhemos a terra. Mas sem ser da forma que o governo quer, mas*  
563 *sim da forma que nós trabalhamos.” Além disso, foi citado a necessidade da luta para que a*  
564 *democracia, os direitos humanos, o direito à saúde e as políticas essenciais não sejam vistas*  
565 *como políticas de governo, mas de Estado, para que não haja retrocessos como esses que*  
566 *marcaram os últimos seis anos. (Getúlio Vargas Junior – Conam). A atuação junto às bases,*  
567 *com uma presença mais intensa nos territórios e periferias, combatendo o bolsonarismo,*  
568 *trabalhando com formação política, “escutando e ajudando o povo a se organizar” (Dito,*  
569 *CMP), formando novas lideranças foi outro desafio trazido para as organizações de direitos*  
570 *humanos. Com relação à defesa das defensoras e defensores, foi enfatizado a necessidade de*  
571 *construção de uma política séria para que se garanta a vida desses/as defensores/as, assim*  
572 *como uma maior e mais intensa sensibilização da população sobre a importância dessa luta”.*  
573 *Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. A*



574 Conselheira Virgínia Dirami Berriel parabenizou o trabalho feito e comentou a respeito dos fatos  
575 e informações que vieram à tona. A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam parabenizou pela  
576 produção do relatório e agradeceu por ter participado do projeto. Não havendo mais inscrições,  
577 o Presidente André Carneiro Leão parabenizou o trabalho exposto e alegou que consultaria a  
578 Assessoria de Comunicação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) para  
579 divulgar o documento. Finalizado o item de pauta, a Conselheira Romi Márcia Bencke  
580 aproveitou o ensejo para um informe sobre a visita da representante da Organização das Nações  
581 Unidas (ONU) no Brasil. Realizou um breve histórico sobre a razão da visita, que será sobre o  
582 genocídio de indígenas. Solicitou à Mesa Diretora que facilitasse a intermediação entre a  
583 Sociedade Civil com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) para informar a respeito da  
584 importância da construção da agenda, de forma dialogal. Na sequência, foi aberta a palavra para  
585 manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Darcy da Silva Costa questionou se o  
586 Ministério dos Povos Indígenas (MPI) foi ouvido com relação à demanda. O Conselheiro  
587 Alberto Terena destacou sobre a importância da visita, em especial em razão da pauta  
588 envolvendo os indígenas. Ressaltou que os empreendimentos que estavam sendo construídos  
589 eram inaceitáveis e que algo deveria ser feito para impedir esse avanço estorpecido. A  
590 Conselheira Romi Márcia Bencke informou que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) foi  
591 cientificado a respeito da pauta, inclusive sendo entregue vários documentos para destacar a  
592 importância da visita, bem como o Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre  
593 o acontecimento. Para fins de encaminhamento, o Plenário acatou a sugestão de que será  
594 providenciado o diálogo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a fim de que haja a  
595 aproximação da participação social da sociedade civil na agenda e do diálogo com a  
596 representante da Organização das Nações Unidas (ONU). Não havendo mais inscritos, passou-se  
597 à apresentação da Sra. Luzia Alane Rodrigues, representante da Comissão Pastoral da Terra –  
598 CPT/MG, que passou a discorrer sobre o trabalho desenvolvido pela entidade. Antes, apresentou  
599 de forma objetiva que a Comissão Pastoral da Terra – CPT/MG foi criada para ser um serviço à  
600 causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O  
601 homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Os  
602 assim chamados posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT.  
603 Rapidamente, porém, sua ação se estendeu a todo o Brasil, pois os trabalhadores e trabalhadoras  
604 da terra, os camponeses em suas mais diversas categorias, onde quer que estivessem,  
605 enfrentavam sérios problemas. Destacou sobre a defesa do direito dos trabalhadores à terra,  
606 sobretudo posseiros e sem-terra. Enfatizando que a democratização do acesso à terra passa pela  
607 quebra do latifúndio, por isso, se envolveu diretamente com as diversas lutas e manifestações



608 em favor da Reforma Agrária. Destacou que em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma  
609 tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava. Por isso logo se  
610 envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens que expulsaram milhares de  
611 famílias para a construção de hidrelétricas, como a de Itaparica, no Rio São Francisco, e Itaipu,  
612 no Rio Paraná. Mais tarde apareceu com força a realidade de milhões de famílias sem-terra, à  
613 busca de um pedaço de chão para garantir seu sustento e o da família. Logo mereceu destaque  
614 especial tanto a organização da produção, quanto sua comercialização. Mas não qualquer  
615 produção. Precisava ser saudável, com respeito ao meio ambiente, numa convivência respeitosa  
616 com os diversos ecossistemas e no combate ao desmatamento indiscriminado, às queimadas e ao  
617 uso de agrotóxicos. Nesta lógica, foi trabalhada a produção orgânica, a agroecologia, o resgate  
618 das sementes tradicionais ou crioulas. Nesta preocupação com o meio ambiente, a água se  
619 tornou um eixo de ação. A CPT entrou com firmeza na defesa da água como um direito da  
620 humanidade e dos demais seres vivos e contra toda tentativa de privatização. Denunciou a  
621 destruição de nascentes, a poluição pelos agrotóxicos e pela ação das mineradoras. Nesta lida, a  
622 CPT cunhou a palavra hidronegócio para expressar a tentativa do capital de tornar a água uma  
623 mercadoria igual às outras. Denunciou a respeito da situação ocorrida no norte de Minas Gerais  
624 no que tange a pulverização de agrotóxicos e a ameaça da mineradora Chinesa no projeto dentro  
625 das terras Geraizeiras, que é composto por 3 núcleos, perfazendo 73 comunidades. Informou que  
626 no território havia a incidência de casos de grilagem. Apesar de todos os problemas, afirmou que  
627 a comunidade continua firme na luta e defesa das terras. Em seguida, o Sr. Mauricio Vieira  
628 Gomes da Silva complementou a fala apresentando o caso que vem ocorrendo no Norte de  
629 Minas Gerais (MG). Informou que os povos tradicionais geraizeiros, que ocupam o Vale das  
630 Cancelas, denunciaram que empresas que operam no local se apropriaram indevidamente de  
631 suas terras, de não os consultar diante da instalação de projetos e de não repararem os danos  
632 sociais e ambientais causados pela devastação. O modo de vida do geraizeiro foi desenvolvido  
633 em terras de uso comum, chamadas de livres ou soltas. O gado é criado solto, por toda a  
634 comunidade, bem como é comunitário o direito a plantas e alimentos cultivados. As empresas  
635 foram se instalando nas chapadas, áreas mais altas do território, geralmente utilizadas para o  
636 plantio de mandioca, extrativismo, caça e criação de gado solto. Com grande parte das terras  
637 ocupadas pelas florestas de eucalipto, as famílias estavam se sentindo encurraladas nas áreas  
638 mais baixas dos territórios e os vales estavam perdendo o acesso a boa parte de sua subsistência.  
639 Relataram ainda, sobre a dificuldade para conseguir água, e a perenidade de nascentes locais.  
640 Todo esse cenário vem contribuindo para o empobrecimento das famílias e as colocou em uma  
641 situação de insegurança alimentar. Não obstante a isso, há cerca de 15 anos, o território



642 geraizeiro também passou a ser cobiçado pelo setor da mineração. Em 2006, a empresa  
643 Sul-Americana de Metais – SAM, controlada pela empresa chinesa de investimento *Honbridge*  
644 *Holdings*, sediada nas Ilhas Cayman, iniciou os estudos para viabilizar a sua iniciativa que, até o  
645 momento, não obteve licenciamento ambiental. O projeto teve outorga concedida pela Agência  
646 Nacional de Águas – ANA, para retirar 51 milhões de metros cúbicos de água por ano da  
647 barragem de Irapé, situada no Rio Jequitinhonha. Foram realizadas reuniões nos três núcleos do  
648 Território, no núcleo do Tinguí nas comunidades de: Bosque, Bosquinho e no Tinguí, no núcleo  
649 de Josenópolis nas comunidades de Retiro e Curralinho e no núcleo do Lamarão nas  
650 comunidades de Miroró e Lamarão. entre as principais denúncias apresentadas destacamos a  
651 grilagem de terras, a luta pela regularização do território, a monocultura de eucaliptos,  
652 contaminação das águas e do ar por agrotóxicos, falta de políticas públicas de acesso a  
653 saneamento básico, estradas e acesso à saúde, secagem das nascentes, linhas de transmissão,  
654 famílias criminalizadas em áreas do parque Estadual de Grão Mogol e a ameaça da mineração  
655 pela mineradora chinesa SAM Sul Americana de Metais. Os desafios continuam gigantescos, as  
656 ameaças ainda se fazem presentes na vida e na luta do povo e se apresentam de variadas formas:  
657 mineração, termoeletrica, linhas de transmissão e a devastadora monocultura de eucaliptos, que  
658 se estende por grandes extensões das chapadas, formando um imenso deserto verde. Mas as  
659 famílias geraizeiras mantêm viva a utopia e a esperança, e sonham que sua “terra de morada”  
660 não se torne somente “terra de negócio.” Apesar da morosidade do Estado que não dá celeridade  
661 nos processos já instaurados para a regularização fundiária do território, o povo Geraizeiro  
662 mantêm viva a esperança de que a regularização fundiária de seu território se torne, em breve,  
663 uma realidade que permitirá a reprodução social e cultural de seu modo de vida tradicional e que  
664 se perpetue para além desta geração. Ressaltou que a missão foi feita com recursos da FIAN  
665 Brasil em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos atingidos por  
666 Barragens (MAB) e o Coletivo Margarida Alves. Encaminhou no sentido de que fosse realizada  
667 novamente a missão, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) para  
668 verificar a situação no local, visto que faz mais de 1 ano que a missão ocorreu. Nessa  
669 perspectiva, passou-se a discussão sobre o licenciamento ocorrido na região. Destaca-se que o  
670 projeto inicial foi barrado em 2016 pela Diretoria de Licenciamento do Ibama, que apontou  
671 “impactos negativos e riscos ambientais”. Em 2018, no entanto, o governo estadual, por meio da  
672 Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), sugeriu ao  
673 órgão transferir para a esfera estadual o estudo sobre a viabilidade ambiental do projeto, bem  
674 como a competência para realizar o licenciamento da mina, deixando na esfera federal somente  
675 a análise sobre o minadouro requerida pela empresa internacional. O pedido foi novamente



676 negado pelo Ibama, que defendeu ser competente para analisar integralmente o projeto, visto  
677 que possuía abrangência em mais de um estado federado. Depois disso, a mineradora fracionou  
678 o pedido, que não abarcava o minadouro, entretanto, o modal não deixou de existir em razão do  
679 fracionamento. Enquanto a empresa encaminhou o pedido ao órgão estatal, outra empresa  
680 associada à mineradora, chamada Lotus Brasil Comércio e Logística LTDA, solicitou a análise  
681 do minadouro ao Ibama. Especialistas e ativistas visualizaram o desmembramento como uma  
682 manobra da empresa para facilitar a obtenção de licenças. Dito isso, iniciou-se uma batalha  
683 jurídica após a propositura de uma ação civil pública pela Defensoria Pública da União (DPU)  
684 juntamente com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, solicitando em caráter de  
685 urgência ao estado a regularização fundiária do território tradicional geraizeiro, por meio da  
686 Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e Secretaria de  
687 Desenvolvimento Agrário. Igualmente requereram à Secretaria de Meio Ambiente e  
688 Desenvolvimento de Minas Gerais e ao Ibama, a suspensão do processo de licenciamento  
689 fracionado do minadouro, até que fosse concluída a regularização fundiária, mencionando a  
690 necessidade de que fossem realizadas consultas prévias às comunidades. Ademais, a medida  
691 judicial solicitava a suspensão imediata da outorga de água concedida pela Agência Nacional de  
692 Água (ANA) ao projeto, bem como solicitou a apresentação dos estudos técnicos que  
693 subsidiaram a captação diária de água. Finalizado o relato, o Presidente André Carneiro Leão  
694 afirmou que seria verificado quais órgãos seriam mais estratégicos para fazer a incidência e  
695 convidar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)  
696 para uma reunião. Assim, estavam em discussão dois encaminhamentos a serem dados: reforço  
697 da atuação da Defensoria Pública e do Ministério Público Federal juntamente com o Instituto  
698 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com a Agência  
699 Nacional de Águas (ANA), para revisar a outorga concedida para exploração da mineradora  
700 Sul-americana chinesa. Foi sugerido que verificasse o local primeiro para depois fazer a  
701 distribuição das atribuições aos atores pertinentes de acordo com as demandas. O Conselheiro  
702 Carlos Nicodemos Oliveira Silva questionou se em algum momento o Procurador do Estado de  
703 Minas Gerais foi cientificado sobre a questão e quem eram os controladores dessa mineradora  
704 internacional. A Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrela se colocou à disposição para  
705 realização de incidente próximo à Minas Gerais, visto que reside próximo. Um morador da  
706 região fez um breve relato sobre o que estava acontecendo na localidade supra. Para fins de  
707 encaminhamento, a Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos sugeriu que a  
708 Recomendação CNDH nº 24, de 16 de setembro de 2022, que dispõe sobre a pulverização de  
709 agrotóxicos por aeronaves para prevenção e reparação de violações de direitos humanos fosse



710 disseminada. A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam sugeriu o encaminhamento do caso  
711 para providências junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Ministério da Saúde  
712 (MS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para que, respectivamente fizesse a  
713 verificação das pulverizações no solo, a identificação dos danos à saúde da população e os  
714 licenciamentos quanto aos produtos utilizados. Portanto, definiu-se como encaminhamento o  
715 seguinte: (1) a realização de incidência junto à Agência Nacional de Águas (ANA) e ao Instituto  
716 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); (2) o envio de  
717 Ofício encaminhando a Resolução CNDH nº 24, de 16 de setembro de 2022 aos seguintes  
718 órgãos: Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
719 (Anvisa) e Ministério da Saúde (MS), para que fiscalizem adequadamente a pulverização de  
720 agrotóxicos por aeronaves; (3) a verificação dos Ofícios que foram expedidos em razão da  
721 missão ocorrida, monitorar e cobrar as medidas pertinentes; (4) sugerir à Comissão Terra e Água  
722 que convidasse os órgãos para debater sobre o caso e (5) que fosse encaminhado Ofício ao  
723 Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) para verificação sobre as mortes de animais por  
724 suspeita de envenenamento. Por derradeiro, o Presidente André Carneiro Leão colocou o  
725 Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) à disposição para tratar sobre o caso  
726 exposto. Ato contínuo, passou-se ao **Informe sobre a reunião de avaliação sobre a aplicação**  
727 **da Convenção contra a Tortura da ONU, ratificada pelo Brasil – Vice-Presidente Marina**  
728 **Ramos Dermmam**: A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam informou que a reunião  
729 contou com a participação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Mecanismo  
730 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), Comitê Nacional de Prevenção e  
731 Combate à Tortura (CNPCT) e a Sociedade Civil, que debateram o grau da implementação da  
732 convenção e os desafios para superação e enfrentamento às violações de direitos. Houve uma  
733 grande adesão pela sociedade civil, participando, dentre outras entidades a ANADEP, as Frentes  
734 de Encarceramento e ainda mecanismos nacionais e estaduais de prevenção e combate a tortura  
735 e os comitês nacional e estaduais de combate a tortura. Estiveram presentes conselheiras e  
736 conselheiros do CNDH. Informou que a relatoria estava em andamento e que estava sendo feito  
737 um esforço para resumir o documento. Solicitou que a manifestação fosse aprovada *ad*  
738 *referendum* caso não fosse possível apresentá-lo em tempo hábil. Logo em seguida, a Sra. Sofia  
739 Fromer Manzalli, Vice-Presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura  
740 (CNPCT) abordou brevemente sobre os aspectos tratados na reunião. Destacou sobre a  
741 importância da manifestação feita pela sociedade civil e pelo Poder Público. Justificou que era  
742 necessário realizar a escuta das denúncias das violações de direitos humanos e dispô-las em um  
743 documento formal para que fosse levado à Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as



744 violações ocorridas no sistema carcerário. Se colocou à disposição para futuras contribuições.  
745 Não havendo inscritos para o gozo da fala, definiu-se como encaminhamento que fosse  
746 elaborada uma manifestação conjunta entre o Conselho Nacional dos Direitos Humanos  
747 (CNDH) e o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), considerando a  
748 urgência e relevância do assunto, sendo levada o documento a conhecimento de todos os  
749 conselheiros e conselheiras e sendo referendado pela Mesa Diretora ao longo da semana.  
750 Suscitando questão de ordem, o Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva questionou com  
751 relação ao andamento da destinação do orçamento para as atividades da agenda envolvendo a  
752 prevenção e combate a tortura. A Sra. Sofia Fromer Manzalli, não soube dar mais informações a  
753 respeito, razão pela qual o Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva sugeriu que fosse  
754 encaminhando um ofício o Governo Federal, especial ao Ministério dos Direitos Humanos e  
755 Cidadania e ao Ministério da Justiça para saber sobre a construção do orçamento, inclusive com  
756 a regra da sociedade civil opinando. A Conselheira Ana Paula Guljor comentou sobre o “estado  
757 de coisas inconstitucionais” e promulgou ações para impedir as consequências. A  
758 Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam registrou que em 2023 acontecerão ainda duas  
759 reuniões de monitoramento entre junho e julho, com data a ser definida e nos dias 28 e 29 de  
760 setembro relativo ao tema direitos humanos, econômicos e sociais e, convidou todos a  
761 participarem. Avançando ao **Debate sobre os desdobramentos da missão do CNDH em Natal**  
762 **(RN) – Presidente André Carneiro Leão:** O Presidente André Carneiro Leão em síntese,  
763 explicou que a missão visou acolher as reivindicações dos familiares das pessoas em situação de  
764 privação de liberdade no Rio Grande do Norte, em razão das denúncias relativas a situação do  
765 sistema prisional na capital. Foram identificados problemas envolvendo a má alimentação,  
766 superlotação, relatos de tortura física e psicológica, além de um crítico cenário de saúde como  
767 principais situações relatadas. Destacou que o momento de escuta aos familiares era  
768 imprescindível e que o objetivo da missão foi a de somar esforços para as soluções de natureza  
769 estrutural, defendendo a realização de uma ação conjunta. A missão envolveu os governos  
770 federal e estadual e pretende acionar e integrar a rede de proteção com o Sistema de Justiça e a  
771 sociedade civil para fomentar a participação social. Mencionou sobre a iniciativa do governo  
772 federal para a implantação de um projeto piloto chamado “Projeto Mandela”, que visa aplicar  
773 uma política prisional com garantia de direitos humanos para pessoas em privação de liberdade  
774 e o enfrentamento à tortura. o Projeto Mandela objetiva enfrentar violações de direitos no  
775 sistema prisional, como tortura e maus-tratos. A intenção é articular o acesso à Justiça em  
776 parceria com o MDHC para garantir o devido processo legal, evitar prisões indevidas e dar  
777 atenção especial aos direitos da população prisional LGBTQIA+. Foi registrado que a missão foi



778 feita por recursos alheios ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Os  
779 conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos Humanos se manifestaram no sentido de que  
780 fosse elaborada uma manifestação contrária aos atos praticados por policiais penais dentro da  
781 unidade prisional localizada em Natal, no Rio Grande do Norte, e parabenizaram a comitiva que  
782 esteve presente no local pela avaliação feita. Nesse sentido, como encaminhamento feito pela  
783 comitiva que integrou a missão, foi definido que seria feito um relatório simplificado com o  
784 registro das visitas e com recomendações de curto, médio e longo prazo. Para fins de  
785 encaminhamento, definiu-se o seguinte: (1) expedição de manifestação para o fortalecimento do  
786 sistema nacional de prevenção e combate à tortura, em toda a sua magnitude; (2) requisitar o  
787 afastamento dos gestores e a responsabilização das pessoas envolvidas nas práticas de tortura e  
788 (3) resgatar, na elaboração do relatório, as manifestações feitas no âmbito do Conselho Nacional  
789 dos Direitos Humanos (CNDH) sobre o tema. O Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva  
790 requisitou que fosse lido encaminhado documento basilar utilizado e elaborado sobre as  
791 constatações feitas na missão ou qualquer informação a esta pertinente. O Presidente André  
792 Carneiro Leão informou que compartilharia o relatório recente produzido pelo mecanismo  
793 internacional sobre as verificações feitas. Não havendo mais assuntos a serem tratados,  
794 avançou-se a **Conclusão e Encerramento do último dia da 68ª Reunião Ordinária do CNDH**  
795 - **Presidente André Carneiro Leão:** O Presidente André Carneiro Leão agradeceu a presença  
796 de todos os presentes, aos conselheiros e conselheiras que participaram tanto presencialmente  
797 quanto de forma virtual, aos intérpretes de libras, às trabalhadoras e trabalhador do quadro do  
798 Conselho Nacional dos Direitos Humanos e declarou encerrada o primeiro dia da 68ª Reunião  
799 Ordinária do CNDH, agradecendo a todos.

800

801 **Dia 14/04/2023 - Abertura do segundo dia da 68ª Reunião Ordinária do CNDH –**  
802 **Presidente André Carneiro Leão:** O Presidente André Carneiro Leão declarou aberto os  
803 trabalhos desejando a todos um bom dia de trabalho. Saudou todas as representações dos povos  
804 indígenas presentes na sessão e agradeceu, nominalmente, ao Sr. Luis Ventura, pela participação.  
805 Nesse sentido, passou-se a oitava das **Denúncias dos indígenas venezuelanos**. A agenda  
806 pleiteada pelos indígenas venezuelanos dos povos *E'ñepá*, *Taurepang* e *Warao* buscou noticiar o  
807 contexto econômico e social, que inviabilizavam a vida nos territórios de origem, forçando-os a  
808 migrar para o Brasil no ano de 2015. No entanto, em solo brasileiro, os povos passaram a  
809 enfrentar novos desafios. Foi partilhado sobre os principais obstáculos enfrentados desde que  
810 chegaram ao país, dentre os quais estavam o atendimento à saúde, à educação, às políticas de  
811 assistência social ou de moradia, além das situações discriminatórias, o que impossibilitava que



812 esses povos fincassem raízes. Nesse sentido, a comunidade indígena propôs a criação de um  
813 grupo de trabalho para dar andamento às demandas solicitadas, a fim de que os direitos previstos  
814 no artigo 5º da Constituição fossem garantidos e respeitados, com o propósito de que um plano  
815 de ação fosse elaborado para este fim. Finalizadas as manifestações pelos representantes  
816 indígenas, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Conselheira  
817 Virginia Dirami Berriel abordou brevemente sobre a missão que fez, em momento anterior, nas  
818 dependências do projeto “acolhida” e a respeito de outras incidências em outros povos  
819 indígenas. Destacou que a questão envolvendo os indígenas, em especial dos Venezuelanos, é  
820 muito delicada. Para tanto, sugeriu que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)  
821 cobrasse ao Poder Público medidas para conferir dignidade e permanência do povo indígena  
822 venezuelano nos locais ocupados. Pontuou que o Colegiado deveria avaliar sobre a possibilidade  
823 de efetuar uma nova visita ao local. O Presidente André Carneiro Leão efetuou apontamentos  
824 quanto aos eixos abordados pelos manifestantes, que indicavam a necessidade de constituição de  
825 um grupo de trabalho, em diálogo com o Ministério dos Povos Indígenas, a fim de construir um  
826 plano de ação para efetuar a garantia dos direitos pleiteados. Para além da constituição do grupo  
827 de trabalho, foi sugerido pelo Plenário que fosse elaborada uma agenda mais rápida, imediata e  
828 objetiva com o Poder Público, para a resolução dos problemas, com o propósito de dar mais  
829 efetividade à resolução das demandas. A Conselheira Ana Borges Coelho Santos trouxe a baila  
830 algumas memórias necessárias para reflexão, em especial sobre a desconstrução do conceito de  
831 que o “estrangeiro é o inimigo”. Nessa linha, o Colegiado sugeriu que a Organização Mundial  
832 de Saúde (OMS) participasse na intermediação entre as demandas dos indígenas e o Poder  
833 Público. O Conselheiro Jonata Carvalho Galvão da Silva sugeriu que o Conselho Nacional dos  
834 Direitos Humanos (CNDH) fizesse um convite específico ao Ministério dos Povos Indígenas, o  
835 qual, atualmente, detém a competência para o tratamento das políticas públicas voltada a estes  
836 povos, a fim de que seja feita de forma mais eficiente as medidas. Ato contínuo, foi entregue um  
837 documento pela representação indígena, que será analisado pelo Conselho Nacional dos Direitos  
838 Humanos (CNDH). Assim, decidiu-se que o grupo de trabalho seria constituído e que a  
839 liderança indígena indicaria quais órgãos públicos gostariam que o Colegiado fizesse a  
840 incidência. Finalizado o debate, passou-se à abordagem sobre a **Campanha pela liberdade**  
841 **jornalística para Julian Assange**: Antes de adentrar ao tema, o Conselheiro Hélio das Chagas  
842 Leitão Neto informou sobre o recebimento da demanda com relação à apuração jornalística  
843 acerca da adoção à brasileira, ocorrida durante a ditadura militar. Os militares à época,  
844 apropriaram-se de crianças durante o período ditatorial. Informou que pré-agendou uma reunião  
845 com o Dr. Nilmário Miranda, Assessor Especial do Mercosul para tratar sobre o caso e solicitou



846 ao Plenário, que o apoiasse na atividade. Em razão da inexistência de uma comissão específica,  
847 o Presidente André Carneiro Leão explicou que as conselheiras e conselheiros que quiserem  
848 abordar temas que não são de competência das comissões e subcomissões poderiam ser feitos  
849 mediante a apresentação de denúncia, via SEI, em que o Pleno designará um relator ou relatora  
850 para o processo. Solicitou que o conselheiro distribuisse a denúncia por e-mail para formalizar  
851 os atos administrativos a serem empregados. Não havendo divergências ou manifestações em  
852 contrário, ficou deliberado pela instalação do procedimento, com a designação do Conselheiro  
853 Hélio das Chagas Leitão Neto como relator e representação junto à Assessoria do Mercosul.  
854 Dito isso, o Conselheiro Admirson Medeiros Ferro Júnior explicou que a campanha busca  
855 discutir o caso do jornalista australiano Julian Assange, que está desde o ano de 2019 preso em  
856 um presídio de segurança máxima na Inglaterra, acusado pelo governo dos Estados Unidos da  
857 América (EUA) de violar a legislação norte-americana contra espionagem. O jornalista é  
858 acusado de divulgar uma série de documentos secretos sobre as invasões americanas feitas no  
859 Iraque e no Afeganistão. A campanha visou ainda, tratar sobre o assunto sob o viés brasileiro  
860 por se tratar de direito à informação, à liberdade de imprensa e a opinião. Na sequência, o  
861 Presidente André Carneiro Leão destacou, em síntese, destacou que tinha dificuldades em  
862 analisar um documento pronto sem que fosse possibilitado aos conselheiros e conselheiras  
863 participarem na construção do teor. Propôs que, caso a comissão responsável assim  
864 compreendesse, que fosse elaborada outra manifestação do Conselho Nacional dos Direitos  
865 Humanos (CNDH) manifestando preocupação quanto ao tema e, ainda, o apoio do Colegiado  
866 nas incidências junto ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, e, eventualmente, ao  
867 Ministério das Relações Exteriores sobre o caso. Na mesma esteira, o Plenário concordou com o  
868 exposto quanto ao papel do CNDH quanto à subscrição de manifestações da sociedade civil. A  
869 Conselheira Virginia Dirami Berriel recomendou que o Conselho Nacional dos Direitos  
870 Humanos (CNDH) enviasse um ofício ao relator pela liberdade de manifestação no âmbito da  
871 Organização das Nações Unidas (ONU), para pedir ajuda ao responsável, a fim de intervir na  
872 questão e cobrando o seu posicionamento. Foi esclarecido que a intenção não era a de  
873 subscrever a campanha encaminhada, mas sobre as recomendações aos órgãos do Poder Público  
874 para abordarem sobre o assunto. Dito isso, foi definido como encaminhamento, que a Comissão  
875 responsável edite uma recomendação ao estado brasileiro, para que aprecie e se manifeste junto  
876 aos organismos internacionais sobre essa questão específica. Sendo o caso, chegando a proposta  
877 de texto à Mesa Diretora, esta seria apreciada *ad referendum* e na próxima reunião do Pleno  
878 seria submetida à deliberação, além do reforço do pedido de agenda ao Ministro de Direitos  
879 Humanos e Cidadania, Sr. Silvio de Almeida. Passando ao item relacionado à **Nota Pública em**



880 **repúdio às demissões de jornalistas e radialistas pela Rede Globo:** A Conselheira Virgínia  
881 Dirami Berriel contextualizou alegando que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos  
882 (CNDH) recebeu denúncias de demissões em massa de jornalistas e radialistas da Rede Globo  
883 de Televisão, que aconteceram no dia 04 de abril 2023, antes, durante e depois da Assembleia  
884 Extraordinária do Sindicato dos Jornalistas e Profissionais do Município do Rio de Janeiro, que  
885 deliberar na ocasião sobre a proposta da empresa para a assinatura da Convenção Coletiva de  
886 Trabalho de 2023. As demissões ocorridas naquele momento, poderiam caracterizar um ato de  
887 coação na tentativa de inviabilizar a participação dos jornalistas e radialistas na sessão. Diante  
888 disso, nos dias que se sucederam, e segundo o Setor de Recursos Humanos da empresa, mais  
889 demissões ocorreriam no restante do mês de abril e em maio, o que gerou um intenso temor aos  
890 profissionais em plena campanha salarial, criando, assim, um clima intimidatório e interferindo  
891 no processo de organização coletiva e reivindicação de direitos. Assim, a nota pública buscou  
892 manifestar a preocupação do Colegiado em razão das circunstâncias em que se deram as  
893 demissões e chamou atenção para a necessidade do respeito dos direitos à liberdade sindical e  
894 dos direitos humanos e empresas. Não obstante a isso, noticiou que a empresa demitiu  
895 jornalistas e radialistas com mais de 30 anos de casa, sendo muitos profissionais de idade  
896 avançada e com reduzidas possibilidades de reinserção no mercado de trabalho, levando a  
897 prática de uma discriminação etária, violando direitos assegurados pelo estatuto do idoso. Dessa  
898 forma, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) se solidariza aos profissionais  
899 demitidos e insta o Ministério Público do Trabalho (MPT) e demais órgãos de fiscalização, para  
900 que efetuassem uma apuração sobre os fatos narrados, esperando, assim, que todas as medidas  
901 de coibição e eventuais práticas antissindicais ou violadora dos Direitos Humanos. Após a  
902 explicação, efetuou a leitura integral do documento. Finalizada a leitura, abriu-se a palavra para  
903 manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Ana Borges Coelho Santos indicou que  
904 tinha dificuldades em afirmar algo que não sabia. Sugeriu que fosse avaliado se seria o caso de  
905 se efetuar o encaminhamento dessas denúncias aos órgãos responsáveis pelas apurações, a fim  
906 de que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) não se precipitasse ao se manifestar  
907 sobre matéria pendente de julgamento. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel efetuou alguns  
908 esclarecimentos quanto ao processo de apuração dos casos denunciados, indicando que a  
909 Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) estava apurando e acompanhando o caso, sendo,  
910 inclusive o Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ) sobre os casos, para a  
911 promoção de todas as verificações necessárias. Chamou atenção para o fato de que o ato de  
912 demissão ocorreu durante a assembleia ordinária sindical, que discutia a respeito da melhoria  
913 das condições de trabalho dos jornalistas, gerando, assim, uma onda de temor aos trabalhadores



914 devido às demissões em massa. A Conselheira Ana Borges Coelho Santos ressaltou que não  
915 estava questionado a respeito do mérito da questão, mas a forma de posicionamento adotado  
916 pela manifestação diante dos casos, a fim de que o Colegiado não tomasse partido sobre fatos e  
917 denúncias, que não foram devidamente apuradas. Assim, a postura a ser adotada pelo Conselho  
918 Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) deve ser no sentido de que as denúncias foram  
919 recebidas, indicando a gravidade destas e cobrar ao Poder Público o julgamento do mérito dos  
920 casos expostos. O Conselheiro Leonardo Penafiel Pinho em breve síntese, pontuou a respeito de  
921 que deixar clarividente o posicionamento do CNDH quanto ao recebimento das denúncias pelo  
922 movimento sindical e ligar a algum instrumento promulgado pelo Colegiado sobre as práticas  
923 antissindicais, bem como aos instrumentos publicados pela Organização Internacional do  
924 Trabalho (OIT), para corroborar o repúdio e a tomada de medidas cabíveis. Nessa linha, alguns  
925 ajustes deveriam ser feitos para afirmar esse posicionamento. O Presidente André Carneiro Leão  
926 concordou com os apontamentos e ajustes pontuados no sentido de que o Conselho Nacional dos  
927 Direitos Humanos (CNDH) recebeu as denúncias referentes aos casos de violações pelo  
928 movimento sindical por supostas práticas antissindicais promulgadas pela empresa Rede Globo,  
929 para tanto, seria feita a menção aos dispositivos legais para corroborar o argumento, para que ao  
930 final fosse recomendado instar o Ministério Público do Trabalho (MPT) para apurar os fatos e  
931 como se deram as punições. Ponderou se a manifestação seria uma Nota Pública ou Nota de  
932 Repúdio. A Conselheira Ana Borges Coelho Santos opinou no sentido de que uma Nota de  
933 Repúdio, nesse caso, transmitirá um juízo de valor, o que não era o caso. Nesse sentido,  
934 ingressou-se em uma discussão paralela sobre qual manifestação seria adotada. A Conselheira  
935 Luisa de Marillac Xavier dos Passos sugeriu que a manifestação, inicialmente, relatasse de  
936 forma breve sobre os fatos e que no que tange ao posicionamento do Conselho Nacional dos  
937 Direitos Humanos (CNDH) alegasse preocupação diante dos casos narrados, atendo-se tão  
938 somente a estes. Justificou que o sentido da Nota seria a de que o Colegiado cobrasse a adoção  
939 das medidas cabíveis para a verificação das supostas práticas ilícitas e que, sendo constatado,  
940 que os órgãos responsáveis fizessem as devidas reparações. A Conselheira Romi Márcia Bencke  
941 concordou com as sugestões apresentadas e questionou sobre qual regime de contratação é  
942 adotado pela empresa. Justificou que havia uma política de demissão de funcionários antigos e a  
943 contratação de profissionais mais novos, sucateando, assim, a carreira jornalística. A  
944 Conselheira Camila Gomes de Lima julgou prudente a postura sugerida, mas que a Nota poderia  
945 se remeter aos fatos já apurados para auxiliar o processo de reparação dos direitos violados e  
946 asseverar a preocupação das demissões em massa que estavam sendo provocadas, em especial  
947 no contexto de negociação sindical. Indicou ainda, sobre a questão envolvendo o sucateamento



948 da profissão. O Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva em suma, concordou com o  
949 posicionamento da maioria dos conselheiros no sentido de que o Conselho Nacional dos Direitos  
950 Humanos (CNDH) manifestasse preocupação, a partir das denúncias graves expostas e cobrar as  
951 autoridades pertinentes à investigação dos casos. Nesse sentido, discursou sobre a necessidade  
952 de proteção da carreira da comunicação social. No quesito envolvendo o regime de contratação,  
953 a Conselheira Virginia Dirami Berriel informou que os profissionais foram contratados pela CLT  
954 e que existia uma preocupação dos demais sindicatos quanto a postura da Rede Globo na  
955 demissão feita e da intenção de contratar novos profissionais por bem menos do custo. Noticiou  
956 que cerca de 70 funcionários foram demitidos, a maioria com idade avançada. Logo em seguida,  
957 o Presidente André Carneiro Leão efetuou a leitura da sugestão de redação da nota pública, nos  
958 seguintes termos: “*NOTA PÚBLICA DO CNDH EM REPÚDIO ÀS DEMISSÕES DE*  
959 *JORNALISTAS E RADIALISTAS PELA REDE GLOBO. O Conselho Nacional dos Direitos*  
960 *Humanos, órgão colegiado autônomo, instituído pela Lei nº 12.986/2014, no uso de suas*  
961 *atribuições legais, recebeu denúncias de demissões em massa de jornalistas e radialistas da*  
962 *Rede Globo de Televisão, que aconteceram no dia 04 de abril de 2023, antes, durante e depois*  
963 *da Assembleia Extraordinária do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio*  
964 *de Janeiro, que deliberava sobre a proposta da empresa para assinatura da Convenção Coletiva*  
965 *de Trabalho 2023. As demissões, ocorridas naquele momento, poderiam caracterizar um ato de*  
966 *coação, na tentativa de inviabilizar a participação dos jornalistas e radialistas na assembleia.*  
967 *As demissões se estenderam nos dias 05 e 06 de abril e, segundo o Setor de Recursos Humanos*  
968 *da empresa, ainda acontecerão no restante do mês de abril e em maio. Esse fato vem causando*  
969 *verdadeiro terror a profissionais, os mesmos que, na Campanha Salarial de 2022, trinta anos*  
970 *depois da última greve da categoria, retomaram as manifestações e paralisações nas portas das*  
971 *empresas. Demissões em massa, em plena campanha salarial, criam um clima de intimidação,*  
972 *interferem no processo de organização coletiva e de reivindicação de direitos, contribuem para*  
973 *coibir as ações sindicais e paralisam trabalhadoras/es. O CNDH manifesta, portanto, extrema*  
974 *preocupação, em razão das circunstâncias em que se deram essas demissões, e chama a atenção*  
975 *para a necessidade de serem respeitados os direitos de liberdade sindical (Art. 8º da CF e*  
976 *Convenção nº 87 da OIT) e também as prescrições estabelecidas na RESOLUÇÃO Nº 5, DE 12*  
977 *DE MARÇO DE 2020, do CNDH, que dispõe sobre Direitos Humanos e Empresas. Há notícias,*  
978 *ainda, de que a empresa demitiu jornalistas e radialistas com mais de 30, 40 anos de casa, com*  
979 *uma vida inteira dedicada à informação, muitos deles já em idade avançada, com reduzidas*  
980 *possibilidades de reinserção no mercado de trabalho. Essa prática pode revelar uma lamentável*  
981 *discriminação etária, violando direitos assegurados no Estatuto do Idoso. O CNDH se*



982 solidariza às e aos jornalistas e radialistas demitidas e demitidos e insta o Ministério Público  
983 do Trabalho e demais órgãos de fiscalização para uma adequada e rigorosa apuração dos fatos,  
984 esperando que sejam coibidas possíveis práticas antissindicais e violadoras dos Direitos  
985 Humanos”. A Conselheira Ana Borges Coelho Santos observou o dado apresentado na  
986 apresentação que diz que a maioria das demissões ocorridas foram de mulheres que possuem  
987 idade avançada. Dito isso, a supracitada manifestação foi considerada aprovada. Ato contínuo,  
988 passou-se a abordagem sobre o **Evento Rondônia - devolutiva da missão contra violações de**  
989 **direitos humanos decorrentes de conflitos agrários e socioambientais ocorridas no Estado**  
990 **de Rondônia**: A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam alegou que a ideia é a de que o  
991 evento ocorra no dia 09 de maio de 2023, em formato híbrido, para apresentação do documento  
992 aos atores locais. No relatório formulado, os conselheiros identificaram que as violações aos  
993 direitos humanos ocorriam sistematicamente e em bloco, envolvendo garimpo e mineração nas  
994 terras indígenas, regularização de grandes áreas griladas, incremento de assassinatos e  
995 perseguições de lideranças indígenas, extrativistas e camponesas. Ressaltou que o evento  
996 representaria uma devolutiva a respeito da missão e que ao final da apresentação do relatório  
997 seriam lidas as recomendações destinadas às autoridades, a exemplo do Governo do Estado, do  
998 Tribunal de Justiça e do Ministério Público de Rondônia (RO). Nessa linha, o Presidente André  
999 Carneiro Leão observou que haveria um esforço para que fosse enviado ao menos um  
1000 conselheiro para fazer a representação no evento presencial que ocorrerá em Porto Velho (RO).  
1001 A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam ressaltou que o Conselho Estadual de Direitos  
1002 Humanos daquela cidade solicitou que os convites fossem enviados pelo Conselho Nacional,  
1003 diante do peso institucional conferido pelo Colegiado. Desse modo, o evento seria realizado com  
1004 a parceria da representação dos direitos humanos local com o Conselho Nacional. Não havendo  
1005 manifestação em contrário, o evento foi aprovado. Na sequência, o Presidente André Carneiro  
1006 Leão registrou sobre a preocupação da Mesa Diretora quanto ao calendário e a emissão das  
1007 passagens para participação dos conselheiros e conselheiras. Enfatizou que a compra das  
1008 passagens seria realizada com a máxima antecedência possível, a fim de baratear o custo e,  
1009 consequente, utilização do dinheiro público. Para tanto, foram ofertadas duas propostas. A  
1010 primeira foi no sentido de revisar o calendário, para que fossem definidas as datas para  
1011 realização das sessões plenárias, que não seriam alteradas em momento algum, a fim de que os  
1012 recursos empregados fossem mais bem utilizados quanto a emissão de passagens aéreas e  
1013 diárias, além da organização para viagem dos conselheiros e conselheiras de forma antecipada,  
1014 bem como as reuniões da Mesa Diretora. Solicitou que os conselheiros e conselheiras  
1015 propusessem datas para realização das sessões e que insurgiu pedido de reunião descentralizada,



1016 que fosse apresentado com dois ou três meses de antecedência. Conseqüentemente, solicitou  
1017 ainda, que os conselheiros preenchessem os requerimentos de viagem no mesmo processo, para  
1018 permitir que a Secretaria Executiva realizasse, no mesmo processo, a avaliação prévia para a  
1019 compra das passagens. Enfatizou que os suplentes igualmente seriam consultados. A segunda foi  
1020 sobre a possibilidade de elaboração do planejamento estratégico do Conselho Nacional dos  
1021 Direitos Humanos (CNDH) na semana da reunião do pleno prevista para o mês de junho, nos  
1022 dias 12 a 16. Logo em seguida, foi concedido intervalo para almoço. Retomado os trabalhos  
1023 segundo dia da 68ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH),  
1024 passou-se à abordagem do item referente à **Avaliação do arcabouço fiscal na garantia dos**  
1025 **direitos humanos – Sra. Livi Gerbase:** A Sra. Livi Gerbase, mestre em Economia Política  
1026 Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bacharel em Relações  
1027 Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), apresentou sobre os  
1028 tipos de restrição duradoura à política fiscal por meio de limites numéricos aos agregados  
1029 orçamentários. Elencou os tipos de regra adotadas, que são: gasto, receita, resultado primário -  
1030 déficit e superávit e de dívida pública. Explicou sobre as regras de ouro, de meta de resultado  
1031 primário e do teto de gastos. A primeira diz respeito à proibição do governo de fazer dívidas  
1032 para pagar despesas correntes, como salários e conta de luz. A segunda estabelece qual será o  
1033 resultado primário do ano, em que a partir disso, ajusta os gastos às receitas com os  
1034 contingenciamentos. Quanto à terceira, indicou que desde o ano de 2017, o gasto máximo que o  
1035 governo pode ter é calculado com base no orçamento do ano anterior, corrigido pela inflação.  
1036 Demonstrou o gráfico dos gastos relativos à saúde, com o aumento de 29% em relação ao ano de  
1037 2016, da gestão ambiental demonstrando uma queda de 44% em relação ao ano de 2016, ciência  
1038 e tecnologia com a queda de 47% em relação a 2016, direitos da cidadania com a queda de 60%  
1039 em relação ao ano de 2016, saneamento básico com a queda de 70% em relação ao ano de 2016  
1040 e habitação com a queda de 83% em relação ao ano de 2016. Exibiu o artigo 6º da PEC da  
1041 Transição, a qual dispõe o seguinte: “*Art. 6º. O Presidente da República deverá encaminhar ao*  
1042 *Congresso Nacional, até o dia 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com o*  
1043 *objetivo de instituir regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do*  
1044 *País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, inclusive quanto à regra*  
1045 *estabelecida no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal”*. Destacou sobre as  
1046 expectativas de mercado em 24 de março de 2023 e os seus questionamentos sobre o  
1047 regramento, a exemplo sobre a consideração sobre a dimensão macroeconômica do papel do  
1048 gasto público no crescimento e no emprego, além da dimensão social e o financiamento das  
1049 políticas públicas. Alegou que o objetivo da PEC é o de reduzir estruturalmente o crescimento



1050 da saúde e educação em pelo menos 30%. Para tanto, justificou que uma das possibilidades em  
1051 estudo é a de vincular o piso em saúde e educação ao crescimento do Produto Interno Bruto  
1052 (PIB) per capita. Informou que atualmente os gastos em saúde são de, ao menos, 15% da receita  
1053 corrente líquida e os da educação de 18% da receita de impostos. Como considerações finais,  
1054 pontuou sobre a necessidade de se inverter a lógica da política fiscal, esclarecendo que esta  
1055 precisa ser submetida à garantia de direitos humanos e não o contrário, a partir da aplicação de  
1056 direitos humanos na política fiscal. Elencou que os próximos passos do governo são o envio do  
1057 texto junto com a LDO semana que vem e a proposta de PEC para alterar os pisos. Quanto aos  
1058 próximos passos do DVM, abordou que seria a discussão do arcabouço fiscal para um público  
1059 maior e incidência no congresso. Finalizada a apresentação, abriu-se a palavra para  
1060 manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Leonardo Penafiel Pinho propôs a  
1061 realização de uma agenda com eventos e atividades, *online*, convidando especialistas e pessoas  
1062 de referência sobre o assunto, com o propósito de subsidiar a construção de uma Resolução do  
1063 Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) sobre a quem deve ser dirigida a política  
1064 econômica de um país. A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam concordou com a sugestão  
1065 apresentada e discursou que a proposta apresentada pelo estado brasileiro não contemplava os  
1066 compromissos nacionais para assegurar os direitos humanos da população. Além disso, sugeriu  
1067 que fosse realizada uma audiência pública com vistas a refletir conjuntamente para reafirmar  
1068 que o orçamento público deve evitar o retrocesso e garantir direitos humanos. O Conselheiro  
1069 Carlos Nicodemos Oliveira Silva efetuou algumas considerações a respeito do tema. Em síntese,  
1070 pontuou que algumas estratégias deveriam ser refletidas quanto ao modelo desenvolvimentista  
1071 adotado pelo atual governo. Questionou, retoricamente, sobre quais as estratégias poderiam ser  
1072 empregadas dentro do arcabouço fiscal pela autonomia da política de direitos humanos para  
1073 além do modelo desenvolvimentista. Não havendo mais inscritos, como encaminhamento, o  
1074 Presidente André Carneiro Leão demonstrou o interesse do Conselho Nacional dos Direitos  
1075 Humanos no alinhamento das questões e promoção do debate juntamente com a coalizão  
1076 Direitos Valem Mais, a partir da elaboração de uma resolução, que refletisse diretrizes para  
1077 políticas econômicas no país, com a inclusão dos direitos fundamentais e na realização de  
1078 eventos sobre o tema. Quanto à análise do texto da Nota Pública em repúdio às demissões de  
1079 jornalistas e radialistas pela Rede Globo, o Conselheiro Richard Pae Kim registrou abstenção  
1080 quanto a aprovação do documento. No que diz respeito à questão de gênero indicada no  
1081 documento, a Conselheira Virginia Dirami Berriel alegou que não seria interessante registrar,  
1082 visto que na soma total de homens e mulheres demitidos, o valor era igual, não sendo  
1083 prevalecido nenhum gênero quanto a isso. Não obstante a isso, iniciou-se uma discussão a



1084 respeito do título do documento. O Presidente André Carneiro Leão sugeriu “Nota Pública de  
1085 preocupação do CNDH em razão de demissões em massa de jornalistas” ou “nota pública”. A  
1086 Conselheira Luisa de Marillac Xavier dos Passos recomendou “Nota Pública contra demissões  
1087 em massa de jornalistas”. O Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva sugeriu: “Nota  
1088 Pública contra demissões em massa de jornalistas da Rede Globo”. Assim, o título da  
1089 manifestação restou definido como “Nota Pública contra demissões em massa de jornalistas da  
1090 Rede Globo”, na forma do documento disponibilizado no grupo dos conselheiros do CNDH,  
1091 com a abstenção manifestada pelo representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e  
1092 unanimidade dos votos dos conselheiros e conselheiras presentes. Dando sequência a reunião,  
1093 retomou-se o ponto relativo à **Denúncia sobre as creches apresentada pela UBM -**  
1094 **Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrela:** A Conselheira Helen Cristina Buttignol Perrela  
1095 solidarizou os familiares das crianças assassinadas na creche em Blumenau (SC) e apresentou a  
1096 denúncia referente a grave situação das creches do sistema público ou conveniado no Brasil, em  
1097 especial quanto a ausência de vagas nas instituições e insuficiência de unidades espalhadas pelo  
1098 país. A denúncia solicita a realização de uma audiência pública, a fim de trazer as instituições  
1099 defensoras de direitos humanos e a sociedade civil para debater o tema de suma relevância para  
1100 a sociedade brasileira. Para fins de encaminhamento administrativo, a Conselheira Helen  
1101 Cristina Buttignol Perrela ficou responsável pela relatoria do processo no âmbito das seguintes  
1102 comissões: comissão da mulher e comissão ao direito ao trabalho e seguridade social e direito à  
1103 educação para a realização do evento público. O Conselheiro Richard Pae Kim colocou-se à  
1104 disposição para auxiliar os trabalhos relativos ao tema exposto. A Conselheira Luisa de Marillac  
1105 Xavier dos Passos recomendou compartilhar a iniciativa com o Conselho Nacional dos Direitos  
1106 da Criança e do Adolescente (CONANDA) e com a organização chamada Pacto Nacional pela  
1107 Primeira Infância, que é uma soma de vários organismos. O Conselheiro Carlos Nicodemos  
1108 Oliveira Silva colocou a comissão de litigância estratégica à disposição para realizar uma análise  
1109 em relação a eventuais ações no âmbito do judiciário com relação ao tema. Logo em seguida,  
1110 abordou-se a respeito do **Calendário de reuniões previstas para o ano de 2023:** A Conselheira  
1111 Virgínia Dirami Berriel propôs que no dia 10 de maio, das 14h às 18h, fosse realizado um  
1112 seminário intitulado “Direitos humanos e empresas – o impacto do assédio moral, sexual e do  
1113 trabalho escravo no mundo do trabalho”, em Brasília, para debater e focar as relações de  
1114 trabalho e a precarização, buscando saídas para impedir que as empresas, sejam elas públicas ou  
1115 privadas, estrangulam direitos, considerando um novo marco de direitos humanos para uma  
1116 conduta empresarial que possibilite mais dignidade aos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse  
1117 sentido, sugeriu que os conselheiros e conselheiras do CNDH estivessem em Brasília no dia 10



1118 de maio de 2023 para participarem do evento. Não obstante a isso, ingressou-se em uma  
1119 discussão paralela sobre diárias e passagens. Encerrada a discussão, todos tomaram  
1120 conhecimento que o orçamento atual do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)  
1121 comportava a realização de 8 reuniões plenárias, contemplando a vinda dos conselheiros  
1122 titulares, exceto as reuniões previstas para os meses de junho, agosto de dezembro, tendo em  
1123 vista que tanto titulares quanto suplentes seriam contemplados. Além disso, 11 reuniões da Mesa  
1124 Diretora, 7 missões estruturadas, sendo estas com previsão de 5,5 diárias para dois conselheiros  
1125 e uma assessoria técnica e um consultor *ad hoc*. Ademais, o orçamento abarca a reunião da rede  
1126 de conselhos que acontecerá em agosto de 2023, com a vinda dos conselheiros estaduais que  
1127 estavam no grupo de referência e o ato alusivo ao dia dos direitos humanos, com a vinda do  
1128 suplente e convidados. Ressaltou-se que o valor dos eventos se excederia e que com a compra  
1129 das passagens de forma antecipada, bem como o recebimento de emendas parlamentares, seria  
1130 possível quitar todo o valor que será gasto. O Presidente André Carneiro Leão solicitou que os  
1131 coordenadores das comissões enviassem previamente, prevendo as agendas de reuniões dos  
1132 primeiros dois meses, à Secretaria Executiva para fins de organização. Para fins de registro, no  
1133 processo de revisão do orçamento, incluindo, de forma especial, as emendas parlamentares, que  
1134 o recurso sirva de provisionamento para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2024.  
1135 Sugeriu-se que a data da reunião prevista para o mês de outubro ocorresse nos dias 25,26 e 27  
1136 do mês. Ingressou-se em uma discussão paralela sobre o suporte técnico às comissões e  
1137 subcomissões do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Saneando o debate, o  
1138 Conselheiro Carlos Nicodemos Oliveira Silva em síntese, sugeriu que fosse reduzido a termo a  
1139 relação de todas as medidas emergenciais para a execução das atividades do Colegiado em  
1140 forma de Resolução, em razão da escassez de profissionais técnicos que possam apoiar os  
1141 conselheiros e conselheiras na realização das atividades. Mencionou, inclusive, que o  
1142 documento poderia conter um prazo para revisão permanente da situação lamentável vivida pelo  
1143 Conselho Nacional, o qual denominou como “plano de revisão de crise”. O Presidente André  
1144 Carneiro Leão sugeriu que a elaboração do documento fosse feita no mês de julho de 2023.  
1145 Registre-se para que a Secretaria Executiva promova a inclusão da CPT na Comissão Terra e  
1146 Água. Foi sugerido para o mês de outubro, que a sessão plenária acontecesse nos dias 16, 17 e  
1147 18 de outubro de 2023. Uma questão colocada foi sobre a reserva da sala para reunião, contudo,  
1148 devido a antecedência, a alteração poderia ser feita. Nesse sentido, não havendo objeção quanto  
1149 à proposta formulada sobre a alteração da data da Assembleia Geral Ordinária prevista para o  
1150 mês de outubro, a alteração foi acatada por todos e ainda, o calendário de reunião previsto para o  
1151 ano de 2023. O Presidente André Carneiro Leão enfatizou que as datas definidas, em princípio,



1152 serão definitivas e não serão alteradas, exceto em caso fortuito e de força maior. Solicitou que os  
1153 conselheiros e conselheiras se organizassem, bem como a Secretaria Executiva para efetuar a  
1154 compra antecipada das passagens, visando otimizar o uso dos recursos públicos. Requereu  
1155 ainda, que os conselheiros e conselheiras preencham os respectivos formulários para facilitar o  
1156 trabalho de comprovação da concessão das passagens pela Secretaria Executiva. Não obstante a  
1157 isso, passou-se ao **Planejamento estratégico do CNDH**: O Presidente André Carneiro Leão  
1158 propôs que fosse feito o planejamento estratégico nos dias 12 a 16 de junho de 2023, o que  
1159 coincidiria, em parte, com a realização da reunião da Mesa Diretora e do Pleno. Na data, todos  
1160 os conselheiros titulares e suplentes serão convocados a estarem em Brasília para participarem  
1161 da ocasião. Não havendo manifestações em sentido contrário, a proposta foi considerada  
1162 aprovada. Avançando, colocou-se em pauta a respeito do **Desdobramento da missão que**  
1163 **ocorrerá no Pará**: A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam explicou que após a missão no  
1164 mês de maio de 2023 e a elaboração do relatório desta, a proposta seria que a Mesa Diretora  
1165 realizasse uma reunião descentralizada em Belém (PA) para realizar uma audiência pública com  
1166 as comunidades que efetuaram denúncias junto ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos  
1167 (CNDH) em regiões diversas da cidade, nos dias 26 e 27 de junho de 2023. O Presidente André  
1168 Carneiro Leão ponderou que não poderá estar presente nos dias 26 e 27 de junho de 2023, razão  
1169 pela qual propôs que fosse realizado no mês de julho de 2023. Assim, houve a manutenção da  
1170 realização da missão prevista para os dias 15 à 19 de maio de 2023 e a realização de uma  
1171 reunião descentralizada da Mesa Diretora prevista para os dias 24 e 25 de julho de 2023, em  
1172 Belém (PA), com a concessão de 3 passagens. A Vice-Presidente Marina Ramos Dermmam  
1173 informou que em razão da alteração da data prevista para realização da etapa estadual do  
1174 Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, a sessão descentralizada da  
1175 Mesa Diretora que iria ocorrer no Estado tornou-se prejudicada. Dito isso, propôs que no mês de  
1176 maio de 2023, a reunião da Mesa Diretora ocorresse nos dias 26 e 27 de maio de 2023 no Rio  
1177 Grande do Sul. Não havendo manifestações em contrário, a proposta foi acatada. Portanto, as  
1178 reuniões descentralizadas da Mesa Diretora ficaram definidas da seguinte forma: 26 e 27 de  
1179 maio de 2023 - Rio Grande do Sul (RS) e 24 e 25 de julho - Belém (PA). Não havendo mais  
1180 assuntos a serem tratados, avançou-se a **Conclusão e Encerramento do último dia da 68ª**  
1181 **Reunião Ordinária do CNDH - Presidente André Carneiro Leão**: O Presidente André  
1182 Carneiro Leão agradeceu a presença de todos os presentes, aos conselheiros e conselheiras que  
1183 participaram tanto presencialmente quanto de forma virtual, aos intérpretes de libras, às  
1184 trabalhadoras e trabalhador do quadro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e declarou  
1185 encerrada a 68ª Reunião Ordinária do CNDH, agradecendo a todos.



1186

1187

1188

1189

**André Carneiro Leão**

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

